



ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento  
CESAPE – Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão

---

**QUÉSIA SILVA DE FARIAS**

**“OS FANTASMAS DA REPÚBLICA”**

**ANÁLISE CRÍTICA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO**

**Brasília  
2006**

**QUÉSIA SILVA DE FARIAS**

**"OS FANTASMAS DA REPÚBLICA"**

**ANÁLISE CRÍTICA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO**

Trabalho apresentado ao Centro de Ensino  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como  
pré-requisito para a obtenção de Certificado de  
Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato  
Sensu* em Língua Portuguesa – Texto e Discurso.  
Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Christina Diniz Leal

**Brasília  
2006**

*A meu companheiro e amigo,  
Fernando, pelo incentivo e pela  
cooperação, sem os quais este  
projeto não findaria.*

*A meu filho, Luís Filipe,  
pela carinhosa  
participação, ainda que  
involuntária.*

*A minha mãe, grande amiga  
e colaboradora, pelo  
exemplo de força, de  
firmeza, de retidão, e  
por ensinar-me a nunca  
desistir.*

*À memória de meu pai, com quem,  
desde menina, aprendi a amar as  
letras e a apreciar o doloroso,  
porém gratificante processo de  
aprendizagem.*

## AGRADECIMENTO

À Prof<sup>a</sup> Maria Christina - mais do que orientadora, participe da construção, a quatro mãos, desta *grand opera* política - pela paciência irrestrita, pela pontualidade exemplar, pelo entusiasmo contagiante, pelo modelo irrepreensível da arte de ensinar - exigente na medida

certa, humana sem limitação-, o  
meu muito obrigada.

"A política se desenvolve na cena pública, e essa é uma cena de teatro na qual se expõe ao mesmo tempo o ator, o personagem e a pessoa. [...]

O político é assim conduzido implacavelmente a fazer o triplo papel de ator, de personagem e de pessoa: como ator, mostra sua imagem, na verdade, seu carisma; como personagem, desempenha plenamente seu papel de político no exercício de suas funções; como pessoa - discretamente destilada -, mostra que não é menos humano, que tem sentimentos como os demais. O cidadão espectador dessa cena está, portanto, à espera de

imagens que remetam a esses três papéis, pois ele realmente precisa de algo que justifique seus movimentos de adesão ou de rejeição ao político [...]”

Patrick Charaudeau, *Discurso Político*, 2006.

## RESUMO

O propósito desta pesquisa é identificar as estratégias argumentativas e seus efeitos de sentido no discurso político. De um lado, o discurso do ator político Roberto Jefferson, que constrói argumentos numa linguagem da emoção, objetivando criar figuras de linguagem: uma verdadeira *grand opera*, com fantasmas e cadáveres. De outro lado, o discurso do ator político José Dirceu, o qual constrói sua defesa com uma convicção política que procura negar as acusações contra ele levantadas. As maneiras como cada um desses atores políticos representam a própria realidade, que estratégias utilizam para informar e persuadir outros e qual o poder da palavra em relações de poder são algumas das perguntas que requerem respostas. Analisaremos tais questões com base na Análise do Discurso Crítica – ADC, de Fairclough em parceria com Chouliaraki (1999), e seu arcabouço teórico, bem como no trabalho de Koch (2004) sobre discurso e argumentação, e no de Thompson (1995) sobre ideologia. Será significativo demonstrar como a Análise de Discurso Crítica pode ser útil na reflexão sobre as relações de poder e de ideologia presentes no discurso e sua influência para persuadir outros, na tentativa de manter o *status quo*. Esperamos ajudá-los a perceber e a impedir isso, por intermédio de uma consciência crítica.

### Palavras-chave:

Discurso político. Estratégias argumentativas. Efeitos de sentido. Análise de Discurso Crítica. Poder da palavra. Ideologia.

## **ABSTRACT**

The purpose of this research is identify the argumentative strategies and its sense's effects on political speech. On the one hand, the political actor Roberto Jefferson's speech, who builds arguments in a language of emotion, working to create a picture in language: a real *grand opera*, with ghosts and deads. On the other hand, the political actor José Dirceu's speech, who builds your defense with a political conviction working to deny accusations against himself. The ways like each of these political actors represents own reality, which strategies they use to inform and persuade other people, and what is the word's power in power relations are some of asks that demands answers. It will be significant the analyse of this questions by using Critical Discourse Analysis (henceforth CDA) and framework of Chouliaraki and Fairclough (1999), Koch's work (2004) on speech and argumentation, and Thompson's work (1995) on ideology. In conclusion, we intend to show how critical discourse analysis can be useful for a reflexion on power and ideology's relations in discourse and your influence to persuade people, keeping *status quo*. We hope help them to see and broke it, with critical conscience.

### **Keywords:**

Political speech. Argumentative strategies. Sense effects. Critical Discourse Analysis. Word's power. Ideology.

## SUMÁRIO

**PRÓLOGO:** O Resumo da

Ópera.....  
..... 9

**ATO I:** A Partitura da Ópera:

Marco

Teórico.....  
..... 16

**ATO II:** A (Des)Montagem da Ópera:

Os Bastidores da Política-

Espetáculo..... 24

**ATO III:** O Ator Político Roberto

Jefferson.....  
..... 36

**ATO IV:** O Ator Político José

Dirceu.....  
..... 63

**ATO V: EPÍLOGO:**

E Cerram-se as

Cortinas.....

..... 89

**BIBLIOGRAFIA**.....

..... 93

**PRÓLOGO:**

**O RESUMO DA ÓPERA**

Sérias acusações, inimagináveis denúncias, intrigas... Apenas o começo do furacão avassalador que desmontou o provável maior esquema de corrupção existente num governo. Tudo deflagrado numa sucessão de revelações, efetuadas em conta-gotas, pelo agora ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, com um virtuosismo e uma eloquência dignos de uma ópera.

Acuado pelas denúncias de envolvimento no esquema de corrupção dos Correios em reportagem da revista *Veja*<sup>1</sup>, em maio de 2005, sentindo-se vítima de uma conspiração, Roberto Jefferson concede em junho bombástica entrevista ao *Jornal Folha de S.Paulo*<sup>2</sup>, na qual revela a existência de uma prática de pagamento mensal de R\$30 mil a deputados da base aliada – especialmente aos deputados do PP e do PL – em troca de apoio político ao Governo. Toda a Nação, estupefata, logo se apropria do termo “mensalão”, criado para designar tal suborno, em relação ao qual, segundo Jefferson, o Presidente Lula já teria sido alertado, sem, contudo, tomar providências.

Era só o princípio do vendaval de denúncias e do lamaçal de acusações que envolviam malas de reais e cuecas recheadas de dólares, caixa dois, distribuição de quantias inimagináveis de dinheiro público... De acusado de participação no esquema dos Correios, Roberto Jefferson magistralmente passa a acusador, a revelador dos vis esquemas de corrupção da República, tornando-se um anti-herói: aquele que da corrupção participou, mas que a denunciou com bravura e alma lavada, sendo capaz de enfrentar a desonra para macular a reputação dos poderosos e conquistar a glória.

---

<sup>1</sup> *Veja*, 14 de maio de 2005.

<sup>2</sup> *Folha de S.Paulo*, 6 de junho de 2005.

No olho do furacão, destaque-se ainda outro personagem: segundo Jefferson, o articulador, o suposto mentor, o cérebro que comandava todo o esquema do mensalão: José Dirceu, à época Ministro-Chefe da Casa Civil.

Tal qual numa ópera trágica, os atos de corrupção foram sendo descritos com precisão e riqueza de detalhes por Roberto Jefferson, nomeado “furacão Katrina”<sup>3</sup>, tamanha a força de destruição que promoveu na reputação de um partido político cuja maior e mais defendida bandeira sempre fora a moralidade e a ética. Suas acusações, graves e inconcebíveis até então, dirigidas especialmente a José Dirceu – o qual, em consequência das denúncias, acabou deixando a Chefia da Casa Civil –, embora extremamente convincentes para parcela significativa de pessoas, de maneira notável não tiveram uma única prova concreta, palpável, que as sustentassem.

José Dirceu, por seu turno, apresentou defesa em tensa reunião do Conselho de Ética na Câmara dos Deputados<sup>4</sup>, mas não convenceu. Seu depoimento, inegavelmente seguro e firme, foi tido por muitos como “firme, mas pouco crível”<sup>5</sup>. Em pesquisa realizada na Internet<sup>6</sup>, cerca de 60% – número considerável – dos cerca de 12 mil internautas consultados relataram acreditar que José Dirceu faltou com a verdade em seu depoimento, fato que me despertou grande curiosidade e me intrigou sobremaneira.

O que levou tantas pessoas a acreditar na fala – sem provas, ressalte-se – de Roberto Jefferson, e a rejeitar, com a mesma veemência, a de José Dirceu? Por que nunca se questionou a veracidade das denúncias e acusações de Roberto Jefferson? A superioridade da oratória de Roberto Jefferson – indiscutível, advogado que é – seria a única resposta, ou haveria outros fatores, não claramente perceptíveis, construídos para a sedução dos ouvintes? O convencimento do outro é simplesmente uma questão de estilo, de retórica, ou envolve sutis

---

<sup>3</sup> *Correio Braziliense*, Coluna Ari Cunha, “Roberto Jefferson Katrina”, 04 de setembro de 2005.

<sup>4</sup> Em 02 de agosto de 2005.

<sup>5</sup> *Jornal Valor Econômico*, em 04 de agosto de 2005: “Dirceu faz depoimento firme, mas pouco crível”.

<sup>6</sup> Programa do Jô, segundo pesquisa de Lilian Wite Fibe.

mecanismos de manipulação e de conseqüente dominação? Que efeitos tais estratégias produziriam na construção da verdade? Que poder é esse do discurso, capaz de camuflar, manipular, confundir a realidade? Teria sido o uso excessivo de advérbios negativos na fala de José Dirceu fator preponderante à má impressão daqueles 60% de internautas? Ou, por outro lado, o convencimento de Roberto Jefferson teria se dado exclusivamente em nível discursivo, com o excessivo uso de metáforas, comparações e outros recursos argumentativos? Que poder é esse do discurso, capaz de convencer, de emocionar, de envolver, de converter não poucas pessoas?

Tais questões motivaram-me a escolher como *corpus* de minha pesquisa dois discursos argumentativos, de gênero da persuasão na ordem de discurso político, proferidos em momentos distintos da revelação do esquema de corrupção do Governo Lula, como estratégias de defesa de cada um dos envolvidos: o discurso do ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, proferido na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios<sup>7</sup>, o primeiro após suas explosivas denúncias, e o do ex-Chefe da Casa Civil e ex-Deputado José Dirceu<sup>8</sup>, em defesa às acusações contra ele levantadas por Roberto Jefferson.

A escolha do presente *corpus* justifica-se pela importância da crise política deflagrada pelas denúncias de Roberto Jefferson, que resultaram, até o presente momento, na cassação dos mandatos de pelo menos três parlamentares – dele próprio, Roberto Jefferson, e de José Dirceu, além do Deputado Pedro Corrêa – no julgamento de mais 16 deputados envolvidos, e no desmascaramento do provável maior esquema de compra de votos já registrado no País, que desmoralizou o Congresso Nacional e provocou a desilusão de milhões de brasileiros.

---

<sup>7</sup> Em 30 de junho de 2005.

<sup>8</sup> Pronunciado no dia 02 de agosto de 2005.

Desvendar os mecanismos de construção de sentidos no discurso de cada um dos envolvidos – Roberto Jefferson e José Dirceu, – e suas estratégias de defesa, de persuasão do outro, tornou-se particularmente um desafio.

Urge descobrir os prováveis mecanismos de persuasão, manipulação/ocultação da verdade, que visam unicamente à manutenção do *status quo* de grupos privilegiados no poder. Urge conscientizar-nos de que o discurso, e especialmente o político, também é poder, é dominação, e de que é preciso desvendá-lo para cobrar posturas mais éticas de nossos representantes. Com a consciência crítica, nunca mais seremos os mesmos. Com a consciência crítica, nunca mais – espera-se – elegeremos os mesmos...

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral:**

Analisar as estratégias argumentativas de Roberto Jefferson e de José Dirceu, para investigar se há mecanismos de manipulação/ocultação da realidade, habilmente construídos para a persuasão dos espectadores/ouvintes, e, em caso afirmativo, apontar tais ocorrências.

### **Objetivos específicos:**

– Identificar, nos depoimentos prestados pelo ex-Deputado Federal Roberto Jefferson à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e pelo ex-Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu ao Conselho de Ética, os recursos argumentativos, estilísticos e seus efeitos de sentido;

– Identificar, nos depoimentos de Roberto Jefferson e de José Dirceu elementos ideológicos e de manipulação/ocultação da realidade;

– Comparar as estratégias de constituição e defesa da realidade nos pronunciamentos de Roberto Jefferson e José Dirceu e avaliar-lhes as estratégias de construção de sentidos;

– Analisar o uso dos advérbios negativos (negação polêmica) no discurso de José Dirceu, para averiguar se a impressão de “firme, mas pouco crível” do depoimento deve-se a tal recurso.

– Contribuir para desvendar as intrínsecas relações de poder e de manipulação que se estabelecem por meio do discurso, propiciando uma leitura crítica transformadora do *status quo* reinante.

## HIPÓTESES

– O uso de recursos argumentativos e estilísticos por parte do ex-Deputado Roberto Jefferson, bem como a maneira como constrói seu discurso, moldando-o aparentemente como se apresentasse uma *grand opera* – ópera de cinco atos em que os compositores usam todos os artifícios para oferecer a seu público histórias sensacionais, efeitos surpreendentes, extravagantes, com grande dramaturgia, originalidade, exagero e lugares-comuns –, é fator crucial na aceitação de seus argumentos, ainda que desprovidos de provas cabais, por grande parte dos espectadores/ouvintes.

– O uso demasiadamente repetitivo dos advérbios de negação (negação polêmica) no depoimento do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, bem como a maneira como constrói seu discurso, firme mas somente na defensiva, é fator crucial na rejeição de seus argumentos por grande parte dos espectadores/ouvintes.

# *ATO I*

**A PARTITURA DA ÓPERA:**

**MARCO TEÓRICO**

Denúncias históricas, defesas históricas. Indiscutivelmente, temas fascinantes, em especial se analisados sob a ótica da **Teoria Social do Discurso** de Norman Fairclough (2001), da **Análise de Discurso Crítica** (ADC) na perspectiva da modernidade tardia de Chouliaraki e Fairclough (1999), e em consonância com a concepção de **ideologia** de John Thompson (1995) e os estudos de **argumentação** de Ingedore Koch (2004), eixos norteadores com os quais procurarei caminhar no desenvolvimento da presente pesquisa.

Não se pode falar de discurso – cuja definição é tarefa conflitante, árdua e, por vezes, confusa – sem pensar nos trabalhos desenvolvidos por Michael Foucault (1972) e sua visão constitutiva do discurso. Segundo tal teórico, o discurso tem uma função dialética: constitui a sociedade e por ela é constituído. Em outras palavras, o discurso constitui o conhecimento, as relações sociais e as identidades. Tendo relação ativa, não passiva, com a realidade, o discurso não só descreve-a e constitui-lhe significados, mas também é transformado, constituído por essa mesma realidade.

Tal conceito foi de suma importância, visto que Foucault influenciou sobremaneira a **Teoria Social do Discurso** proposta por Fairclough, sobre cujas premissas discorrerei brevemente.

A inclusão do contexto social na análise do discurso foi primordial no estabelecimento de uma abordagem que visa não somente a descrever, a explicar o discurso, mas também a promover-lhe interpretações à luz do social. Essa abordagem não aceita que o sentido do discurso opere isoladamente do contexto social. Assim, a definição de discurso passa a estar ligada intrinsecamente à prática social.

O modelo de linguagem como atividade individual, dissociada das práticas sociais, é substituído pelo modelo de ação e de representação do mundo: “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo, e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Portanto, o discurso, na visão da Fairclough, é uma prática tanto de representação como de significação do mundo, constituindo-o e sendo por ele constituído.

O discurso da sociedade não se origina unicamente em idéias e em crenças, mas em práticas sociais concretas, enraizadas. Como Fairclough bem define, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Assim, a mudança no discurso, nas práticas discursivas, promoverá mudanças na prática social, assim como o contrário comumente ocorre. O discurso pode, sim, provocar mudanças sociais.

Fairclough ainda propõe uma visão tridimensional do discurso. Por tal modelo, a análise do discurso passa a ser concebida como um processo triplo que relaciona o texto à prática discursiva e à prática social: o texto é produto da prática social, a prática discursiva preocupa-se em estabelecer conexões entre os processos de produção, distribuição e consumo textual, enquanto a prática social é “uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.” (*idem*, 2001, p. 99).

Pelo modelo tridimensional, sugere-se que a análise textual englobe quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na análise da prática discursiva – que envolve, como indicado, processos de produção, distribuição e consumo textual, propõe-se

que sejam analisados mais três itens: a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade dos textos. Tais sete itens constituem um quadro que compreende a noção dos efeitos constitutivos do discurso, já que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença” (*Idem*, 2001, p. 104). Esses sete aspectos interessarão sobremaneira à análise textual do *corpus* e serão incluídos na metodologia da pesquisa.

Ressalte-se, entretanto, que o ponto primordial da proposta de Fairclough é a visão do discurso como prática social, que engloba a prática política e ideológica, isto é, a relação das práticas discursivas com as estruturas de poder. Como ele próprio considera (*Idem*, 2001, p. 94):

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder.

Em sua proposta mais recente em parceria com Chouliaraki (1999), baseada no conceito de modernidade tardia de Giddens, Fairclough defende a vida social como feita de práticas, modos habituais de ação social articulados entre si – segundo o conceito de Harvey (*Apud* CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 6). Uma prática é constituída de vários momentos, tais como poder, relações sociais, práticas materiais, instituições e rituais, crenças valores e desejos e discurso. Cabe aqui ressaltar o conceito de articulação, para entender como esses momentos das práticas sociais relacionam-se, intercambiam-se, formam novas combinações entre si: o momento de uma prática – por exemplo, o discurso – pode internalizar outros momentos – como o poder, as relações sociais –, mas sem necessariamente reduzir-se a eles. O discurso, portanto, é uma forma de poder, um modo de estabelecer

relações sociais, de formar crenças, valores e desejos, enquanto o poder, as relações sociais, crenças, valores e desejos por sua vez são em parte discurso.

Relevante também é o conceito de reflexividade das práticas sociais de Fairclough e Chouliaraki: toda prática tem um aspecto discursivo, já que envolve, em diferentes medidas ou graus, o uso da linguagem. As pessoas produzem representações do que fazem como parte da própria ação, e tais práticas mormente dependem da reflexividade – conhecimento que se tem sobre a prática que é parte importante dessa prática – para manter relações de dominação. Daí a afirmação de que a reflexividade funciona intimamente ligada à **ideologia**, que por sua vez integra a relação do discurso com outros momentos das práticas sociais.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), as ideologias são tanto significações quanto construções da realidade, constituídas nas várias dimensões das práticas discursivas, contribuindo para a (re)produção ou a transformação das relações de dominação. De fato, segundo tais autores, “ideologias são construções discursivas” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26). Nesse sentido, concordam com Thompson (1995, p. 76), para quem:

Ideologia é o significado mobilizado por formas simbólicas (ações, imagens, textos) que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer relações de dominação no sentido de que o significado pode criar e instituir essas relações; sustentar, no sentido de que o significado serve para manter e reproduzir relações de dominação por meio dos processos de produção do texto.

Ainda segundo Thompson (1995), há cinco principais modos pelos quais a **ideologia** atua para manter relações de dominação: a **legitimação**, a **dissimulação**, a **unificação**, a **fragmentação** e a **reificação**. Sem a pretensão de discorrer detalhadamente sobre eles, a seguir apresento um breve resumo de cada uma de tais estratégias, por acreditar que também interessarão ao estudo do *corpus*.

Na **legitimação**, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem apresentadas como legítimas, como dignas de apoio. Como estratégias de legitimação, destacam-se a racionalização, que se caracteriza por uma lógica de raciocínio que objetiva a persuasão do espectadores/ouvintes; a universalização, por meio da qual interesses particulares são apresentados como de benefício coletivo, e a narrativização, por meio da qual a legitimação se insere em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição imutável.

Na **dissimulação**, as relações de dominação são ocultadas, negadas ou camufladas por meio de estratégias como o deslocamento, a eufemização e o tropo.

Na **unificação**, forma de identificação coletiva que ignora as diferenças individuais, as estratégias são a padronização e a simbolização da unidade.

Na **fragmentação**, por meio da qual a dominação é mantida pela segmentação dos indivíduos ou grupos que desafiam os grupos dominantes, as estratégias são a diferenciação, que enfatiza as diferenças entre pessoas e grupos, e o expurgo do outro, relacionado à construção de um inimigo perigoso, que deve ser enfrentado e expurgado.

Na **reificação**, as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por se retratarem situações transitórias, históricas, como permanentes e naturais. Para isso, utiliza-se de estratégias como naturalização, eternização, nominalização e passivização.

Enfatizando a importância da ideologia no estabelecimento e na manutenção de relações de dominação, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 24) mencionam o conceito de hegemonia de Gramsci, que entende as relações de dominação como baseadas no consentimento e não na coerção, envolvendo a aceitação de tais relações como práticas do senso comum. Entretanto, a hegemonia, poder de uma classe ou grupo sobre a sociedade, não

é estável, permanente, mas depende da construção de alianças e deve se constituir em fórum de luta para construir ou romper relações de dominação.

Conforme Perelman (*Apud* KOCH, 2004, p. 18), é preciso provocar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas, a pesquisa envolverá não só a análise das práticas sociais, políticas e ideológicas por trás da construção dos sentidos nos discursos escolhidos, como também as estratégias de persuasão, de argumentatividade envolvidas. Para isso, como último eixo norteador, os conceitos de Koch (2004) sobre **argumentação** encontram-se em perfeita sintonia com a Análise do Discurso Crítica (ADC) e com os objetivos propostos para a análise dos discursos políticos pretendidos. Conforme assevera a própria Koch (2004, p. 17):

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental (...).

Além disso, o próprio ato de persuadir tem seu caráter ideológico, subjetivo, temporal, visando à adesão, ao acolhimento das idéias ou pensamentos propostos. E se está inscrita no próprio uso da linguagem, a argumentação se constituirá em atividade estruturante do discurso, “já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão mas principalmente de coerência textual.” (KOCH, 2004, p. 21)

Por interessarem os explícitos e os implícitos no *corpus*, conforme Ducrot, “a estratificação do dizer” (*Apud* KOCH, 2004, p. 23), será feita a análise das marcas lingüísticas, tais como as pressuposições, as marcas ou indicadores ilocucionários, os modalizadores atitudinais, os operadores argumentativos, as questões retóricas, os

metalogismos e ironias, a negação, apenas para citar alguns exemplos de categorias analíticas de Koch, cujo sumário também será descrito nos procedimentos metodológicos.

## ***ATO II***

**A (DES)MONTAGEM DA ÓPERA:**

***OS BASTIDORES DA POLÍTICA-ESPETÁCULO***<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Termo usado por Patrick Charaudeau em sua obra *Discurso Político* (2006, p. 145)

A pesquisa terá por base dois discursos políticos, a saber:

– o discurso pronunciado pelo ex-Deputado Federal Roberto Jefferson – denominado RJ na análise lingüística e semiótica –, no dia 30 de junho de 2005, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, o primeiro após suas denúncias ao jornal *Folha de S.Paulo*;

– o discurso pronunciado pelo ex-Ministro-Chefe da Casa Civil e ex-Deputado Federal José Dirceu – denominado JD na análise lingüística e semiótica –, no dia 02 de agosto de 2005, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, em resposta às denúncias contra ele levantadas pelo então Deputado Roberto Jefferson.

A metodologia para análise do *corpus* será o arcabouço proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) em seus últimos estudos sobre a **Análise do Discurso Crítica** (ADC), sob a perspectiva da modernidade tardia.

Tal arcabouço propicia uma visão dos cinco passos envolvidos na Análise do Discurso Crítica (ADC), que fornecerão a orientação para a presente pesquisa somente naquilo que for mais relevante.

## 1. Um problema (atividade, reflexividade)

A Análise do Discurso Crítica (ADC) começa com a percepção ou identificação de algum problema (nas atividades de uma prática social ou na construção reflexiva da prática social) em conexão com o discurso na vida social.

O problema a ser avaliado na presente pesquisa é de natureza política, por envolver as expectativas, os anseios de todo o País. Foi levantado pela palavra – denúncia de corrupção –, investigado pela palavra – instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, palco das inúmeras acusações e debates – e concluído pela palavra – com conseqüências e implicações sociais definidas pela palavra, tais como as cassações já promovidas (incluindo os atores políticos desta análise, Roberto Jefferson e José Dirceu), o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, a denúncia contra 40 pessoas oferecida pelo Ministério Público e as declarações não poucas vezes tendenciosas da imprensa.

O problema político, portanto, estabelece-se, desenvolve-se e finaliza-se em nível discursivo.

Nesse sentido, torna-se *mister* analisar em que medida as escolhas das estratégias discursivas influem na aceitação ou rejeição dos argumentos de acusação e defesa dos principais atores políticos – Roberto Jefferson e José Dirceu – por parte dos receptores: espectadores e/ou ouvintes e leitores.

## **2. Obstáculos para o problema ser enfrentado**

Aqui são propostas três etapas de análise que, em conjunto, determinarão os obstáculos para o enfrentamento do problema: análise da conjuntura, análise da prática da qual o discurso é um momento e análise do discurso. Adiante, a descrição de cada uma delas:

### **a) análise da conjuntura**

A conjuntura é tida como reunião relativamente durável de pessoas, materiais, tecnologias e práticas em torno de projetos sociais específicos. Portanto, a análise deve-se voltar para a “configuração das práticas em que o discurso em foco está localizado”. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 61, tradução nossa.)

O importante é obter a visão geral da prática social em que o discurso se situa e, na análise da conjuntura imediata do discurso, estabelecer a relação entre o discurso e os processos de produção e consumo.

Assim, necessário se faz rememorar os fatos que abalaram as estruturas da República e mudaram os rumos dos acontecimentos da história recente do País, iniciados com a posse memorável de um metalúrgico e líder sindicalista, pertencente ao PT – Partido dos Trabalhadores –, partido cuja principal bandeira desde sempre foi a defesa da ética e da moralidade e a luta pelos interesses da classe trabalhadora. Sem dúvida, um feito histórico que, por si só, provocaria reações opostas: paixões entusiastas e ferrenhas críticas.

Toma posse em janeiro de 2003 Luiz Inácio Lula da Silva, o qual carrega consigo os sonhos, as esperanças e os anseios dos milhões de brasileiros que nele depositaram sua confiança pelo voto democrático.

O PT, conhecido como partido de oposição, passa, naquele momento, a partido de situação e, como esperado, começa a ser alvo das mesmas – e talvez maiores e mais evidentes – pressões, críticas e investigações que outrora patrocinou como oposição.

E foi por iniciativa dos partidos opostos ao recém-empossado Governo Lula que, com base em reportagem da revista *Veja*<sup>10</sup>, veio à tona um vídeo, que de tão exaustivamente exibido ficou gravado na memória nacional, no qual o Sr. Maurício Marinho, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, aparece cobrando propina de R\$3 mil para fraudar licitações e cargos políticos.

Entre os organizadores da fraude, o Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson. É o começo de tudo. E é tudo de que a oposição ao Governo Lula necessita para deflagrar a crise.

O esquema de corrupção nos Correios, exposto com estardalhaço pela mídia, é a ponta do *iceberg*, conforme as investigações – principiadas com a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios a pedido dos partidos de oposição ao Governo Lula – demonstrarão. Vale comentar que uma CPI, pelo próprio nome, carrega consigo a aura de busca da verdade, de forma investigativa, inquiridora, e tanto pode provocar aceitação quanto rejeição imediata, a depender do rumo do que é investigado e de seus resultados.

O Governo Lula, por sua vez, tenta desqualificar a CPMI, numa aparente tentativa de anular as investigações. Entretanto, outra reportagem da revista *Veja*<sup>11</sup> traz à tona nova denúncia de propina, naquele momento contra o Deputado Roberto Jefferson, o qual, segundo

---

<sup>10</sup> Em 14 de maio de 2005.

<sup>11</sup> Em 21 de maio de 2005.

entrevista do então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Lídio Duarte, recebia ilicitamente R\$400 mil mensais.

Seis de junho de 2005 – conhecido, mais adiante, como “dia ‘d’ do mensalão”:  
Roberto Jefferson, imaginando-se vítima de uma conspiração, concede entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, na qual menciona um suborno mensal de R\$30 mil pagos a deputados da base aliada, especialmente do PP e do PL, em troca de apoio a projetos do Governo Lula. Tal mesada fica nacionalmente conhecida como mensalão.

Roberto Jefferson, numa inteligente estratégia discursiva, dias depois da primeira entrevista, promove outro vendaval: também à *Folha de S.Paulo*<sup>12</sup>, menciona que o dinheiro do mensalão provinha de estatais e empresas privadas e era distribuído por meio de malas. Cita o nome de um dos “fantasmas” da crise: o publicitário Marcos Valério, o “moço carequinha”<sup>13</sup>, por meio do qual torna-se conhecido o termo valerioduto, tão grandes as quantias de dinheiro distribuídas.

Os acusados, indignados, rebatem todas as acusações de Jefferson, que, de acusado, passa a acusador, o anti-herói que se expõe para salvaguardar a honra, assumindo os erros para revelar os de outrem.

Delúbio Soares, Silvio Pereira, José Genoíno são alguns dos nomes por trás do suposto financiamento de Parlamentares que alegam inocência e denunciam um movimento de direita que visa ao *impeachment* do Presidente Lula.

Inicia-se um verdadeiro duelo verbal entre Roberto Jefferson e José Dirceu. Este último, segundo Jefferson, é o articulador, o mentor de todo o esquema de corrupção do Governo Lula. Jefferson assume o recebimento de mesada para apoiar o Governo e faz sua *mea-culpa*; Dirceu nega tudo e afirma ser vítima de pessoas que rejeitam o projeto político do

---

<sup>12</sup> Em 12 de junho de 2005.

<sup>13</sup> Conforme Íntegra do depoimento do ex-Deputado Federal Roberto Jefferson à CPMI dos Correios no dia 30 de junho de 2005 (linha 26).

Partido dos Trabalhadores. Sua frase torna-se antológica: “Este é um governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção.”<sup>14</sup>

O resultado, até o momento, foi a cassação dos principais envolvidos – Roberto Jefferson e José Dirceu –, um relatório final de mais de 1.800 páginas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, encaminhado ao Ministério Público, que conclui pela abertura de processo judicial contra 122 pessoas, e uma denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal contra 40 pessoas apresentada pelo Ministério Público, por corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e crimes contra o sistema financeiro<sup>15</sup>.

E é nesse contexto que serão investigados os recursos argumentativos de que lançam mão cada um dos personagens desta *grand opera* política: o acusador, o ex-Deputado Roberto Jefferson, e o acusado, suposto mentor do mensalão, o ex-Ministro-Chefe da Casa Civil e ex-Deputado Federal José Dirceu.

#### **b) análise da prática da qual o discurso é um momento:**

(i) prática(s) relevantes?

(ii) relação do discurso com outros momentos?

– discurso como parte da atividade;

– discurso e reflexividade;

---

<sup>14</sup> Conforme Íntegra do depoimento do ex-Deputado Federal e ex-Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu ao Conselho de Ética no dia 02 de agosto de 2005 (linhas 116 e 117).

<sup>15</sup> *Veja*, edição de 19 abril de 2006, quadro “Diferentes, mas iguais”, da reportagem “Todos os homens do Presidente.”

Tais questões devem ser formuladas, pelas relações dialéticas entre o discurso e os outros momentos da prática social. Podem-se identificar, neste ponto, os quatro principais momentos das práticas sociais: a atividade material (como vozes ou marcas no papel); relações sociais e processos (relações sociais, poder, instituições); fenômenos mentais (crenças, valores, desejos), e discurso, e como cada um deles se intercambia e influencia o discurso. Quer dizer, que papel o discurso desempenha na prática e quanto da prática é discurso?

Nesse sentido, não se pode contestar a importância das Comissões Parlamentares de Inquérito na história recente do País. Sua instalação normalmente é precedida por escândalos, por denúncias de corrupção, de desvio de dinheiro, de irregularidades as mais diversas, enfim, de tudo o que afronte diretamente a moralidade, a legalidade e o interesse público.

Ainda que temporárias – são criadas para funcionar com prazo determinado, até o esclarecimento dos fatos – têm poder investigativo e produzem relatórios que podem conduzir os acusados a indiciamento no Ministério Público ou à absolvição da acusação.

Desde sua instalação, são envoltas num clima de busca pela verdade, de investigação apurada. Assim, é normal que, no imaginário dos cidadãos, espere-se que o convocado a depor – seja político ou não – adote um determinado comportamento. Trata-se da chamada “expectativa coletiva dos cidadãos”<sup>16</sup>, que “freqüentemente se sobrepõe e constrói espécies de arquétipos coletivos inconscientes.”<sup>17</sup>

O “arquétipo coletivo inconsciente” dos espectadores/ouvintes em relação a depoimentos em CPIs é a crença de que a verdade deve ser exposta ou manifesta, a qualquer custo, seja resultante das apurações, seja resultante dos testemunhos ou confissões.

---

<sup>16</sup> CHARAUDEAU, 2006, p. 207.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem.*

Aliada a tal crença está a reflexividade, componente mental das ações sociais, o saber-fazer dos depoentes, que aceitam o ritual das Comissões Parlamentares de Inquérito e se submetem, em maior ou menor grau, ao comportamento esperado pelos espectadores/ouvintes.

Assim é que a prática das Comissões Parlamentares de Inquérito certamente influirá nos discursos dos depoentes, sendo por eles igualmente influenciada. O discurso em uma CPI – quer o discurso de acusação ou de defesa, quer o discurso de apuração ou esclarecimento – terá sempre destaque, no imaginário sociodiscursivo, pela aura de revelações que consigo carrega.

**c) análise do discurso:**

(i) análise estrutural: ordem de discurso

(ii) análise interacional

– análise interdiscursiva

– análise lingüística e semiótica.

A análise do discurso está simultaneamente orientada para a estrutura e para a interação. Em relação à estrutura, a preocupação deve ser a rede de ordens do discurso: a que gêneros, discursos e vozes o discurso faz parte. Em relação à interação, deve-se atentar para como os gêneros e os discursos se articulam no texto, que elementos lingüísticos e semióticos são utilizados.

Neste momento, será usado o Sumário das categorias analíticas de Koch (2004, p. 164) para a análise da argumentação, no que couber e for relevante para o *corpus*, em conjunto com o quadro tridimensional de Fairclough, o qual envolve, na análise textual, o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual, e, na análise discursiva, a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade. Também será analisada a negação polêmica num dos discursos do *corpus*, com base nos estudos de Dominique Maingueneau (1997).

Vale ressaltar que tais elementos serão identificados e comentados nos pronunciamentos de ambos os atores políticos – Roberto Jefferson e José Dirceu –, respectivamente nos Atos III e IV da presente pesquisa.

## **Análise da Argumentação: Sumário das categorias analíticas a serem utilizadas**

**I. Recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental** (constitutivos do sentido) – retórica integrada: tempos verbais – “mundo comentado” e “mundo narrado”; advérbios e expressões atitudinais; índices de avaliação; indicadores ilocucionários; indicadores modais (de modalidade) – verbos, advérbios, expressões, torneios sintáticos etc; pressuposições; operadores argumentativos; índices de polifonia.

**II. Recursos retóricos ou estilísticos de segundo nível – retórica aplicada** (“acrescentada”), decorrentes da aplicação de leis do discurso ou de outros tipos de mecanismos que operam em diferentes níveis de significação: ironia e metalogismos em geral; seleção lexical – oposições, jogos de palavras, metáforas, reiteraões etc; inter-relacionamento de campos lexicais; argumentos de autoridade (raciocínio por autoridade); questões retóricas; exclamações retóricas; comparações; uso retórico da pressuposição;

apresentação de explicitações ou argumentos que se pretende ressaltar ou sobre os quais se deseja chamar a atenção, sob forma de termos ou orações intercaladas ou acessórias do ponto de vista gramatical; paralelismo sintático e rítmico (similicadência).

### **3. Função do problema na prática.**

Análise de qual prática leva ao problema, para avaliação coerente da prática.

Este item, por não nos interessar na presente pesquisa, não será analisado.

### **4. Possíveis modos de vencer os obstáculos.**

Visa à percepção das possibilidades para mudança do *status quo* e resolução do problema.

Igualmente, este item será desconsiderado na presente pesquisa.

## **5. Reflexão sobre a análise**

Momento em que se faz uma análise crítica sobre a própria análise realizada, suas condições e limitações. Trata-se de uma reflexão sobre a posição adotada, sobre a pesquisa desenvolvida.

Saliente-se que os possíveis modos de vencer os obstáculos e a reflexão da análise realizada estarão condensados no Ato V, o Epílogo da ópera, quando se tecerão os comentários finais a respeito das conclusões desenvolvidas.

## ***ATO III***

### **O ATOR POLÍTICO ROBERTO JEFFERSON**

"Quando é que o político elide uma questão ou a refuta, colocando sua imagem diante da cena? Quando procura persuadir usando argumentos emocionais? Quando propõe, ao contrário, argumentos que parecem marcados com o timbre da razão? Dito de outra forma, como ele instala um jogo de máscaras que ora se substituem umas às outras, ora coexistem, ora se fundem?"

Patrick Charaudeau, *Discurso Político*, 2006

ÍNTEGRA DO DEPOIMENTO DO EX- DEPUTADO FEDERAL ROBERTO  
JEFFERSON À COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DOS CORREIOS – CPMI DOS  
CORREIOS, EM 30 DE JUNHO DE 2005

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, 1  
Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do 2  
Brasil que me ouve, inicialmente, peço licença para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, apesar de estarmos 3  
num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar 4  
nenhum papel de artista. E, se me julgam assim, queria pedir desculpas por tentar fazer as 5  
colocações que faço na condição de pessoa física, de homem, deixando de lado qualquer 6  
pendor, qualquer veia vocacional, profissional ou artística que eu possa ter ou que tenham 7  
cada um dos senhores e das senhoras. 8

Participei no passado de uma CPI, a CPI do PC, como advogado. Exerci um 9  
papel de advogado naquele momento. Tentei fazer naquela CPI o que vi ontem aqui por 10  
parte de alguns membros de partidos políticos: impedir que as investigações avançassem.11  
Também procurei evitar que os fantasmas do PC Farias pudessem viver à luz do dia. E, 12  
nessa inversão de papéis que vivo hoje, vejo que muitos que ontem exorcizavam aqueles 13  
fantasmas agora se abraçam com eles. Só que eles não são mais os fantasmas do PC, são os 14  
fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério. 15

O curioso é como a vida nos prega lições. O curioso é como as peças e os 16  
atores se modificam. É uma espécie de roda da vida, Sr. Presidente, uma espécie de roda 17  
da fortuna, de Carmina Burana, que Carl Orff escreveu. Ora nós estamos em cima, com a 18  
fortuna; ora, embaixo, com “desinfortúnio”; ora com alegria, em cima; ora a tristeza. E é 19

isso que vim colocar aos senhores aqui. Aqueles que já viveram a glória em momentos 20  
passados vivem, no presente, o opróbrio que vivi naquela hora. Não é fácil tentarmos 21  
impedir que as contas dos fantasmas sejam vasculhadas. Aqueles que foram exorcistas 22  
ontem se abraçam com os fantasmas hoje. 23

Sr. Presidente, assisti ontem a uma queda de braços de quase nove horas na 24  
Comissão para se quebrarem ou não as contas do Sr. Marcos Valério, de Belo Horizonte, 25  
aquele moço carequinha, e percebi que um partido queria impedir, de toda maneira, que ele 26  
fosse investigado, um partido que até ontem fazia da acusação a sua afirmação de luta, do 27  
libelo pessoal contra pessoas a escada para subir, do cadáver de homens troféus a ostentar 28  
à opinião pública. Duro é quando esses cadáveres começam a repousar no nosso colo e os 29  
fantasmas que eles representam, a assombrar nossas bandeiras, nossas lutas e assustar os 30  
nossos discursos. 31

A CPI que ora empalmamos, Srs. Congressistas, tem origem numa fita que 32  
agentes, a mando da Abin, porque o braço sujo da Abin é aquela gente tipo Molina, que 33  
não é comandante. Aquilo é uma falsidade ideológica dele. Ele não é da Marinha. Já recebi 34  
da Marinha vários documentos mostrando que ele não é comandante. E aquela súcia de 35  
asseclas dele desempenha o papel sujo daquela que é filhote do SNI, a polícia de Estado, a 36  
agência política que age em favor do Governo e não em favor da sociedade. 37

Há seis meses, e a imprensa dá notícia disso, o **Estadão** e **O Globo** já 38  
noticiaram: a Abin infiltrar agentes lá, nos Correios, para descobrir irregularidades 39  
licitatórias em contratos. A competência é tão grande que a Abin conseguiu que os seus 40  
agentes filmassem um “petequero”, um leviano apanhando R\$3mil num movimento de 41  
contratos de bilhões, mas a Abin foi incapaz de dizer ao Governo, à Casa Civil, ao 42  
Presidente da República, ao chefe da segurança institucional do Brasil que o Sr. Marcos 43  
Valério, versão moderna embacqueada do Sr. PC Farias, sacava um milhão por dia nas 44

contas do Banco Rural, ou sacava em Minas Gerais, ou aqui no prédio do Brasília 45  
Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem “mensalão” e que estão 46  
registrados na portaria subiam até o escritório do banco para receber lá 30, 40, às vezes 20, 47  
e até R\$60 mil. O Brasil gasta uma fortuna com a Abin. Ela descobriu, através dos seus 48  
agentes, liderados pelo falso comandante que um “petequero” leviano usava nome de 49  
gente séria para pegar R\$3 mil, R\$2 mil. Só a TV Globo não sabe que ele é chefe de 50  
departamento. Até hoje eu vejo a TV Globo colocar no ar: ex-diretor dos Correios... 51  
Porque a coisa é tão pequena que, se dermos a dimensão da pequenez dela, apequenamos 52  
os nossos trabalhos: uma CPI de Srs. Senadores, de Sr<sup>as</sup> Senadoras, de Srs. Deputados, de 53  
Sr<sup>as</sup> Deputadas, para apurar R\$3 mil que a Abin conseguiu descobrir do Sr. Maurício 54  
Marinho. Até foi bom para dar pompa e circunstância o “ex-diretor dos...”. Vejo aquele 55  
moço de cabecinha assim, com um cabelinho assim meio branco, o Sr. Boner, dizendo “o 56  
ex- Diretor....”. Não é, não. É chefe de departamento; é quarto escalão dos Correios. 57

Eu vi ontem que a Receita Federal multou em R\$63 milhões as empresas do Sr. 58  
Marcos Valério, porque a movimentação financeira é incompatível com o dinheiro 59  
declarado. A Receita já começou a agir com toda a firmeza. 60

Mas volto à fita, à fita de DVD que dá origem a este encontro fraterno que 61  
estamos vivendo aqui; uma fita que a revista **Veja** recebeu, editou e deu parte, tentando 62  
proteger gente que realmente aparecia de maneira assim muito clara naquelas gravações 63  
que fizeram aqueles moços, a mando da nossa grande agência de inteligência do Brasil. A 64  
fita é ilegal. 65

Como diz a legislação americana, a prova é envenenada, podre, porque fruto de 66  
árvore envenenada e podre. Quatro homens foram presos pelo crime de violação de sigilo 67  
do Sr. Marinho, o que anula completamente aquela prova, mas isso prova legal. A CPI não 68  
caminha sempre na vertente da legalidade. Ela busca fazê-lo. Ela tem como motor, como 69

móvel, como objetivo a discussão e o debate político das práticas de crime diante do qual a 70 sociedade se assusta e fica perplexa. E é esse motor que tem levado adiante esta nossa CPI. 71 Apesar de sabermos que legalmente a prova é injurídica, é ilegal, temos uma sociedade 72 toda que nos cobra, ali atrás, nas costas dos Senadores, das Senadoras, dos Deputados e 73 das Deputadas, o esclarecimento dessas coisas. 74

Se PC “faria” – e fez –, hoje, Delúbio e Marcos Valério fazem e outros que 75 virão continuarão a fazer se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral. 76

O povo cansou dos políticos. No processo do Presidente Collor – vejo ali atrás 77 velhos jornalistas que estão ficando de cabeça branca, como eu, que me acompanharam 78 naquela fase, há treze anos, no passado –, eu não brilhei como político. Como político, fui 79 um fracasso, porque fiquei contra a onda de opinião. Eu tive rútilo como advogado. 80 Político estou; advogado eu sou. Amanhã posso deixar de ser, até por vontade dos 81 senhores, Deputado Federal aqui nesta Casa, no Congresso Nacional. Mas advogado serei 82 até o momento em que nosso Deus me chamar a seu convívio – se Ele achar que eu 83 mereço, Sr. Presidente; se Ele achar que eu mereço. Sou advogado. Lá eu não brilhei como 84 político, porque espousei o que eu entendia ser a razão contra toda a onda de opinião. Cento 85 e três processos cuja defesa ajudei a escrever, cento e três absolvições. 86

Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de 87 advogado, porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse 88 exercício. Tem aqui os dois advogados ao meu lado, o Dr. Luiz Francisco Barbosa e o Dr. 89 Itapuã Prestes de Messias, que farão isso por mim. Mas eu também não sou o político 90 Roberto Jefferson. E não sou o político porque não vim aqui pedir aos senhores que me 91 absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim aqui 92 perorar pelo Deputado. Absolutamente. Absolutamente! 93

Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, 94  
como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela 95  
porta da frente. Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. 96  
Ninguém vai me acanalhar. Ninguém. 97

Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. Não sou melhor 98  
do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. 99  
Não faço o papel de vilão, porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores 100  
do que eu. 101

Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de 102  
cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: “Não temais aquele que pode matar o 103  
corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito”. Um homem que não tem honra 104  
não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito. 105

O mandato eu sublimei, mas não faço concessões à honra. Perfeito? Não sou. 106  
Passei, como Presidente do PTB, na construção do meu Partido, aliás de braços dados e 107  
esposado com outros presidentes, pelo afrouxamento das regras da eleição e do 108  
financiamento das campanhas. 109

Eu trouxe aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, porque peguei na Justiça 110  
Eleitoral, todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. Aí 111  
é o princípio da mentira que a gente vive aqui. Não há, povo do Brasil, cidadã do Brasil, 112  
cidadão do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de um milhão, ou de um 113  
milhão e meio de reais. Mas a média, aqui na CPI e da Câmara dos Deputados, a prestação 114  
de contas é de R\$100 mil. 115

Não há eleição de Senador da República que custe menos de dois milhões, 116  
R\$3 milhões, mas a prestação de contas que exhibo... 117

**O SR. (Orador não identificado)** – Por favor. Por favor, Senador Saturnino? 118

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB-RJ) – Eu vou exhibir a V. Ex<sup>a</sup> em 119  
seguida. V. Ex<sup>a</sup> terá tempo de protestar. Aliás, todo tempo do mundo. 120

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral – PT-MS) – Com a palavra o 121  
Deputado Roberto Jefferson. 122

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB-RJ) – Não há eleição de Senador que 123  
custe menos de dois milhões, R\$3 milhões. Eu quero mostrar a V. Ex<sup>as</sup> e ao povo do 124  
Brasil. Porque esse julgamento aqui do Plenário não me preocupa, Senador. Não é pra 125  
você que estou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo que me vê lá fora. 126

Não há uma eleição de Senador com menos de dois milhões, R\$3 milhões e a 127  
prestação de contas, a média é duzentos e cinquenta mil. Esse processo começa na mentira 128  
e deságua no PC Farias, deságua nos outros tesoureiros de campanha, agora no Sr. 129  
Delúbio, agora no Sr. Marcos Valério. Esse afrouxamento é que tem levado ao 130  
enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos 131  
Estados. 132

Fui ao Rio de Janeiro ver a prestação de contas do meu candidato a prefeito e 133  
comparei a prestação de contas da candidatura dele com a do ex-candidato José Genoíno 134  
para governador de São Paulo. É de deixar a gente perplexo. Ou alguém tem dúvida de 135  
que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais 136  
poderosa em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste. 137

E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade; nem a minha, 138  
porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente. E onde enfrentamos esse 139  
problema, Deputado Onyx? Eu assistia sábado ao Jornal Nacional e, de repente, entrou 140  
uma matéria mostrando que o Coaf, por meio do Ministério Público Federal e a revista 141

**ISTOÉ**, desvendou as contas do Sr. Marcos Valério. Aí revestiu a realidade a prova que 142 tanto foi cobrada. No início me cobravam: “Provas, provas, provas”! A realidade foi 143 vestida, vestiu o discurso que fiz, as informações que dei. 144

Agora me colocam com a pecha de artista. Tenho ouvido: “Vamos 145 desqualificar o Roberto porque ele é um artista”. Mas, a verdade, contra ela ninguém se 146 ergue. De repente o carequinha deixou de fora o que o PC Farias fez no passado, o rabo. E 147 a Coaf mostrou os saques dele. Tem que procurar o Banco do Brasil também, tem que 148 procurar o Banco do Brasil porque me recordo que dos recursos que recebi do PT, 149 encaminhados pelo Presidente José Genoíno e Delúbio, que vieram do Banco Rural, cerca 150 de 60% das notas tinham a etiqueta do Banco do Brasil. Até agora só Banco Rural, de 151 Minas, e esse escritório aqui em Brasília. Vocês vão descobrir quem foi lá para buscar 152 recursos. 153

A realidade vestiu as minhas palavras. Hoje, tenho informações que passo a 154 esta CPI, de novo, uma decisão de Governo desmonta uma estrutura de financiamento de 155 Partidos na empresa Furnas. Os três diretores, a jornalista Renata Lo Prete em entrevista 156 comigo divulgada hoje na **Folha de S.Paulo** publica que já foram exonerados agora à 157 tarde. 158

Eu vim dizer aos meus iguais, às minhas iguais, que quero contribuir para que 159 esse assunto possa ser discutido e debatido. Estamos às vésperas de reformas. Tenho 160 ouvido falar em financiamento público de campanha. Digo ao meu Partido, de que me 161 afastei como Presidente: é um escândalo o financiamento público, é um escândalo. Hoje, 162 um bilhão, pelos R\$2,00 por voto que estamos vendo serem colocados a partir de agora no 163 Orçamento da União. Mas, lembrem-se, o senhor e a senhora que estão em casa, que quem 164 faz o Orçamento é o Congresso Nacional. Um bilhão hoje com o voto a R\$2,00. Amanhã, 165 dois bilhões com o voto a R\$4,00. Depois de amanhã, 3 bilhões vai custar a eleição com o 166

voto a R\$6,00, porque quem faz o Orçamento somos nós, os que vamos nos beneficiar do 167  
financiamento público. 168

Aí volto lá ao William Bonner, no sábado; ele fez, vestiu o fato, falou 169  
longamente com o Sr. Marcos Valério – para não fechar dando razão ao Roberto 170  
Jefferson, aquele velho troglodita, o general da tropa de choque do Collor, que não pode 171  
virar, está amarrado a um passado, não consegue avançar – entendo esse preconceito. Aí 172  
diz assim: “O Henrique Brandão, que mantém relações com o IRB, negócios com o IRB, é 173  
amigo de Roberto Jefferson – graças a Deus –, há trinta anos, deu R\$ 90 mil à campanha 174  
de Cristiane Brasil, vereadora no Rio, filha do Deputado Roberto Jefferson. Sou 175  
empresário, estou em casa vendo televisão, não dou um centavo por dentro para candidato 176  
nenhum na próxima eleição. Quem se arrisca a dar é escrachado pela imprensa ou teme a 177  
vingança do partido adversário”. 178

A democracia do mundo precisa de dinheiro para ser feita. A democracia 179  
precisa de dinheiro para financiar a política. Nós não podemos é inverter, é permitir que a 180  
política financie dinheiro ou faça dinheiro. Na América, quem dá o cheque maior para 181  
candidatura presidencial assenta ao lado do presidente e tira uma foto com ele. É uma 182  
honra. Não é que aquele moço esteja comprando o governante. Não, ele está apostando no 183  
regime democrático. Aqui, no Brasil, há um preconceito da mídia, porque toda a doação 184  
de empresário a partido político é criminosa. Virgem aqui só o P-Sol, até a próxima 185  
eleição, que se não sucumbirá ante o caixa dois, porque senão não vai fazer campanha. E 186  
nós tínhamos que permitir que isso fosse aberto, que o empresário que desse fosse 187  
respeitado, não fosse escrachado na mídia, como se doar a um partido fosse comprar 188  
consciência parlamentar e não um gesto grandioso de se apostar num regime democrático, 189  
na democracia política. Isso nós precisamos conversar de verdade aqui, na Câmara dos 190  
Deputados. 191

A mim, Roberto Jefferson, não alegre, não gera felicidade, não dá alegria 192  
olhar o Partido, que, durante 25 anos – esse ano é ano de seu aniversário, de suas bodas de 193  
prata –, que empunhou essa bandeira da ética, da moralidade, rasgou a bandeira. A mim, 194  
isso não traz felicidade, porque chafurdou no mesmo esquema de financiamento político e 195  
partidário, se sujou, se sujou como os outros do passado, nos quais atirou pedra. E para 196  
que isso não se repita, para que nós não fiquemos com a frustração de ver o partido 197  
obreiro macular o seu ideal de luta, o seu passado de lutas, temos de enfrentar essa 198  
corrupção que está na raiz do financiamento eleitoral. Esses fantasmas que ficam 199  
rondando o poder sempre são os fantasmas do financiamento eleitoral: Delúbio, PC 200  
Farias, Marcos Valério. É sempre a mesma gente. É sempre a mesma prática, porque a 201  
legislação eleitoral que nós temos ainda é a de Castelo Branco. Ela não é clara, ela não 202  
permite o financiamento político que proteja o doador para que ele não seja escrachado 203  
como se tivesse querendo comprar os Deputados. Vi todos os partidos aqui representados, 204  
até com doações de banco, de grandes empresas nacionais. E não vejo na luta até dos 205  
obreiros, que têm um grande financiamento de banco em suas contas, nenhum 206  
comprometimento com esse sistema financeiro traindo a luta dos sem-terra ou dos 207  
trabalhadores. Os formadores de opinião na mídia geram essa suspeição contra o 208  
financiamento privado das campanhas políticas particulares, mas esse é o único caminho. 209

Eu não quero vestir amanhã uma camiseta “Roberto Jefferson, Deputado 210  
Federal”, sabendo que a camiseta que coloco no meu corpo tira do velho no hospital o 211  
remédio de que ele precisa. Eu não quero botar uma corneta de som no meu carro, Sr. 212  
Presidente, Sr. Relator, sabendo que vou tomar de uma criança a vaga na escola. Eu não 213  
quero estender uma faixa, um *outdoor*, sabendo que o dinheiro público que vai para a 214  
minha campanha vai tomar o prato de comida do pobre que não tem. Se fôssemos um país 215  
rico, tudo bem. Se viesse o financiamento público para impedir o caixa dois, tudo bem. 216

Ele não vem. Ele vai somar crimes. O crime do dinheiro do imposto. Roubar do pobre em 217 favor do Governador, do Senador, do Deputado, do Vereador e do Prefeito e o crime do 218 caixa dois, que vai continuar a existir. 219

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PTB quer enfrentar a reforma política. O 220 que espera de nós o povo que nos vê ao vivo aqui? Na raiz do “mensalão”, tenho certeza, 221 está o troca-troca de legenda, de partido. Até de “luvas” de R\$1 milhão e financiamento 222 de R\$30 mil de taxa de manutenção nós já temos denúncia aqui na Casa. Uma Deputada 223 vem e diz: “A proposta a mim é R\$1 milhão e R\$30 mil por mês”. Por quê? Para que ela 224 deixasse a legenda original dela e fosse para outro partido. 225

O que sonha o povo de nós? Primeiro, fidelidade partidária. Eu tenho seis 226 mandatos consecutivos como Deputado Federal, pelo meu Estado do Rio, no PTB, pelo 227 PTB. Tive dois Partidos na vida: o MDB, quando era menino, militante, e, depois, o PTB, 228 que ajudei a fundar com Ivete Vargas lá no meu Estado, na minha cidade de Petrópolis, e 229 depois na cidade de Três Rios, na cidade de Sapucaia, de Teresópolis, na minha região 230 serrana. Fui eleito em 1982, pelo PTB, Deputado Federal e depois, cinco vezes 231 consecutivas, reeleito pelo PTB. 232

O que espera o povo de nós? Que nós estabeleçamos regras rígidas para acabar 233 com os Deputados que trocam de partido como se trocassem de camisa. Isso é uma 234 vergonha! 235

O que espera o povo de nós? Que nós acabemos com as legendas nanicas e os 236 partidos de aluguel. Essa cláusula de barreira que está posta hoje, na legislação atual, de 237 5% dos eleitores nacionais em nove Estados, reduz, na próxima eleição, o quadro 238 partidário para, no máximo, cinco partidos aqui na Casa: um de esquerda, um de 239 centro-esquerda, um de centro, um de centro-direita e um de direita. 240

Mas a proposta que o Governo manda para cá – e estou vendo, na relatoria, 241 que vai a plenário – reduz de 5% para 2% a cláusula de barreira. Ou seja, hoje, de trinta 242 partidos, vamos pular para 60, para atrapalhar a novela da senhora, o jornal que a 243 senhora gosta de ver na televisão. Nós, com o discurso da moralidade, estamos rasgando a 244 moralidade. Nós, com o discurso da reforma salvadora da classe política, estamos 245 agravando a relação partidária aqui no Congresso Nacional, porque a lei já estabelece 246 5%; se reduzirmos para 2%, vamos piorar, e muito, a situação político-partidária do 247 Brasil. 248

O PTB tem outras propostas, como, por exemplo, o vice – vice-Prefeito, 249 vice-Governador, vice-Presidente – é o coisa nenhuma na expectativa de ser alguma coisa 250 algum dia. É o conspirador do dia-a-dia, que quer sempre o lugar daquele que ocupa o 251 cargo de Prefeito, de Governador ou de Presidente. Para que vice? Com aquela estrutura 252 de mordomia, de palácio, de segurança... Para que vice? Hoje, tudo se faz pelo 253 computador. Isso se justificava na época do Império, em que o Imperador saía daqui para 254 Portugal de navio e levava vinte dias no mar. Não tinha um telégrafo, não tinha um fax. 255 Hoje vai de avião. Fala no avião o tempo todo com o chefe da Casa Civil ou com a chefe 256 da Casa Civil. Para que vice? 257

Nós temos que reduzir, na Câmara dos Deputados, pelo menos três deputados 258 federais por bancada. Tirar um Senado de lá – um Senado com as despesas que o Senado 259 tem. Se nós reduzíssemos três senadores por Estado, nós tiraríamos um Senado... três 260 deputados por Estado, nós tiraríamos um Senado de dentro da Câmara dos Deputados. Ou 261 seja, 81 deputados federais a menos. Nós precisamos acabar com três senadores aqui, no 262 Senado da República, por Estado. 263

Só no Brasil! Não existe isso em lugar nenhum do mundo. Isso foi uma cria da 264 ditadura para tentar manter no Colégio Eleitoral a vitória dos militares. Eu me lembro 265

daquele Deputado gaúcho, gordo, o Uequed, Jorge Uequed. Ele começava uma sessão do 266 Congresso dizendo assim: “Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. 267 Senadores eleitos pelo voto do povo, demais funcionários desta Casa”, se referindo aos 268 Senadores do voto indireto, os da nomeação. Eu me recordo disso, eu era Deputado. 269

E, por fim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para me colocar à disposição de V. Ex<sup>as</sup>. O 270 meu Partido também esposa a tese de despartidarização da máquina do Estado, a redução 271 desses cargos de confiança. Hoje são 25 mil. Vamos reduzir para prestigiar e fortalecer o 272 servidor público na sua carreira. A ascensão será por mérito, será meritória, e não 273 partidária. O PTB esposa a tese. E, para fechar, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. 274 Deputados, acabar com a suplência de senador, que é outra coisa que o Brasil não 275 compreende. Uma coisa antiga, superada. Normalmente, o suplente é o financiador e gera 276 sempre tensões ruins. Quer ocupar o lugar, fica suscitando conversas, sempre arruma uma 277 encrenca o suplente. E nós queríamos ver se, superando essa conversa de suplente de 278 senador, poderíamos fazer o seguinte: o senador se retira para governar o Estado, se 279 licencia para ser ministro do Governo, assume o segundo mais votado do Estado. Assim, a 280 expressão do voto do povo. 281

Então, são propostas que o PTB traz ao debate, porque esta Comissão não vai 282 ficar – eu tenho certeza disso – apenas no debate pequeno dos três mil reais, que um 283 “petequero” leviano que usa o nome alheio, e que foi gravado pela Abin, que não viu 284 Marcos Valério, que não soube do Banco Rural, que não soube das movimentações do 285 Banco do Brasil, que não sabia das atividades do Sr. Silvinho Pereira nem do Sr. Delúbio; 286 sabia que tinha lá um cara que pegava três mil reais, chefe de departamento do quarto 287 escalão – grande descoberta da Abin! Grande descoberta! No próximo Orçamento, quero 288 votar contra recursos para a Abin, porque já vi que é apenas uma polícia política usada 289

para constranger os que se opõem, em certo momento, a certas figuras do Governo. Não é 290  
o Governo em si. 291

Agradecer a paciência que os senhores tiveram comigo, a gentileza de me 292  
ouvir e eu me coloco, Sr. Presidente, Sr. Relator, à disposição de V. Ex<sup>as</sup> para os 293  
questionamentos que poderei escutar de cada um dos senhores. 294

Muito obrigado. 295

“Todos os homens são quase sempre levados a crer **não pela prova, mas pelo atrativo.**”<sup>18</sup> E atrativos é o que não falta ao discurso de Roberto Jefferson, discurso o qual, ainda que sem provas, nunca foi contestado quanto à veracidade.

Roberto Jefferson constrói sentidos de maneira peculiar, pelo que se poderá depreender da análise que ora iniciaremos. Sem demérito dos numerosos recursos argumentativos que facilmente são percebidos, pela riqueza de itens analisáveis, comentaremos aqueles que nos pareceram mais relevantes, que nos saltaram aos olhos por assim dizer, na construção de seu discurso.

É inegável que o objetivo de Roberto Jefferson é atingir a emoção, a subjetividade dos espectadores/ouvintes.

Desde o início, RJ estabelece-se como homem, como pessoa física, despindo-se de “qualquer pendor, qualquer veia vocacional, profissional ou artística” (linhas 6 e 7), que pressupõe lhe sejam comumente atribuídos, e adota a postura de narrador – narrador de uma verdadeira ópera em nossa opinião. Como tal, usa de linguagem coloquial, numa tentativa de aproximação, de redução da distância social (procura transmitir as vozes do poder de forma disfarçada e oculta), e insiste, recorrentemente, na acepção de que seja “homem comum, pessoa física, chefe de família, pai, avô” (linhas 94 e 95). Há momentos em que se coloca até mesmo como anti-herói – nem herói, nem vilão, como ele mesmo se qualifica (linhas 98 a 103, grifos nossos):

1 Não sou ator. **Não faço aqui o papel do herói, porque não sou.** Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. **Não faço o papel de vilão, porque não sou.** E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu.

**Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes.** E vou sair daqui de cabeça erguida.

<sup>18</sup> PASCAL, *apud* PERELMAN; TYTECA, 2005, p.68, grifo nosso.

Assumindo-se como “homem com erros e acertos, defeitos e virtudes”, demonstra sua disposição em declarar a verdade. É como se se despisse perante a opinião pública. Naquele momento, não é o advogado brilhante, tampouco o político influente, mas um homem cujas falhas reconhece e deseja meramente relatar a verdade: é o denunciador de mentiras e o defensor da verdade. Tentando estabelecer-se como homem imperfeito e por reconhecer seus erros, busca não só a aproximação com seus espectadores e/ou interlocutores, como também quer ganhar-lhes a confiança, e o pressuposto, a partir disso, é o de que, como teve a humildade e a hombridade de expor-se, de reconhecer os próprios erros, sua fala é verdadeira, incontestável. Utiliza-se, inteligentemente, tanto do *ethos* de humanidade – que mensura a capacidade do político de “demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de **confessar suas fraquezas [...]**”<sup>19</sup> –, quanto do ***ethos* de coragem, de sinceridade e de honestidade**, pois a “falta poderia ser meio perdoada, pois ela é, ao mesmo tempo, reconhecida (coragem e honestidade), analisada (inteligência e responsabilidade) e compensada por uma ação positiva (de um mal veio um bem)”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 150). No caso específico de RJ, sua intenção foi uma só: expor-se para revelar sua verdade, produzindo um bem maior – o desmascaramento do provável maior esquema de corrupção do Governo PT. Exemplos dessa tentativa não faltam (linhas 90 a 93):

2 Mas eu também não sou o político Roberto Jefferson. E não sou o político porque não vim aqui pedir aos senhores que me absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim aqui perorar pelo Deputado. Absolutamente. Absolutamente!

Sua estratégia surte efeitos, como se depreende do comentário<sup>20</sup>:

A opinião de Jefferson sobre qualquer assunto nunca teve a menor importância. Ele só é crível quando assume seus crimes e denuncia seus cúmplices. Nesses momentos, ele tem a credibilidade do mafioso que rompe com sua quadrilha e passa a denunciá-la.

<sup>19</sup> CHARAUDEAU, 2006, p. 148, grifo nosso.

<sup>20</sup> Opinião de Merval Pereira em *O Globo*, 15 de setembro de 2005.

A narração da ópera discursiva é também confirmada pela escolha ou **seleção lexical**, com o uso de vocabulário de campo semântico comum, *frame* de ópera: “teatro” (linha 4); “papel” (linha 5); “artista” (linha 5); “fantasmas” (linha 12); “cadáver” (linha 28); “assombrar”, “assustar” (linha 30); “ator” (linha 98); “herói” (linha 98).

Tal escolha não é em si mesma desmotivada, pelo contrário. Segundo Fairclough (2000, p. 103, grifo nosso), “abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são **socialmente motivados**, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares e significados particulares”. É fácil concluir, portanto, que no discurso de RJ não houve escolhas neutras ou coincidentes, despreocupadas ou inocentes. É certo que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

Perelman (1970) também reforça a idéia de que a escolha de palavras raramente se despe de carga argumentativa. Em outras palavras: no caso de RJ, a escolha lexical foi bem pensada, articulada para envolvimento dos espectadores/ouvintes. A imagem da ópera, não obstante um entretenimento destinado às elites, é construída no discurso de RJ pelo uso de léxico de fácil apreensão, como “fantasmas” (linha 12) e “cadáveres” (linha 29), para citar dois exemplos. Com isso, busca a aproximação, a familiaridade com o público receptor, ao mesmo tempo em que marca, em suas mentes, o desenrolar de uma peça – com seu prólogo, desenvolvimento em atos até o clímax e o epílogo ou encerramento.

Consegue envolver os espectadores/ouvintes numa verdadeira trama narrativa, prendendo-lhes a atenção para seus argumentos e conduzindo-os à adoção de seu raciocínio, persuadindo-os, tocando-os, muito mais do que os convencendo. Trata-se de poderoso recurso argumentativo, porém, muito sutil.

Charaudeau (2006. p. 85) menciona que “o político deve fazer uso de todas estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira a suas idéias, a seu programa, à sua política e à sua pessoa.”. É exatamente o que RJ faz, com maestria.

Ao estabelecer a narrativa dos fatos, é como se RJ convidasse os espectadores/ouvintes a adotar uma postura mais relaxada, como se a uma ópera literalmente assistissem, ao mesmo tempo dando-lhes condições de alternar sua postura, ora por serem meros espectadores, ora por refletirem e avaliarem as informações. A narrativa de fatos – com o diálogo que estabelece com a ópera – constitui um tipo de argumento que cria a sensação de que o texto trata de situações reais, verdadeiras, e não de opiniões gratuitas.

Ainda quanto ao diálogo com a ópera, Koch (2004, p. 146), menciona:

Em se tratando de intertextualidade implícita, o que ocorre, de maneira geral, é que o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva, visto que, se tal não ocorrer, está prejudicada a construção do sentido[...]

Koch complementa o raciocínio ao afirmar que “tais textos-fonte fazem parte da memória coletiva (social) da comunidade, podendo ser, em geral, facilmente acessados por ocasião do processamento textual” (2004, p. 147)

Na nossa visão, a tentativa de resgate, na mente dos espectadores/ouvintes”, do “Fantasma da Ópera”<sup>21</sup>, musical baseado na obra de Gaston Leroux, é explícita, não só pela escolha lexical, *frame* de ópera, mas também por promover o **inter-relacionamento dos campos lexicais** de teatro/ópera/fantasmas com a política, uma “manobra retórica de grande eficácia” (Koch, 2004a, p. 154) de que RJ se utiliza exaustivamente, em todo o seu discurso. Seu objetivo é, sem dúvida, “por meio dessa interpenetração, criar um novo sentido, diferente

---

<sup>21</sup>Enredo de um gênio desfigurado que mora no submundo da Ópera de Paris.

daquele que seria veiculado pelo emprego de termos de cada um deles, isoladamente.” (*Idem, ibidem*, p. 154).

Roberto Jefferson claramente visa associar os vocábulos “fantasmas” (linhas 12, 14, 15, 22 e 23), “cadáver” ou “cadáveres” (linhas 28 e 29) aos dois dos acusados de financiamento eleitoral “Marcos Valério” (linha 25) e “Delúbio Soares” (linha 75), supostos patrocinadores do mensalão.

Roberto Jefferson ainda demonstra sua “subjetividade afetiva”<sup>22</sup>, pois, em diversos momentos, mostra-se envolvido emocionalmente em suas declarações. Tal situação ocorre quando “o falante pode declarar explicitamente os seus sentimentos, falando diretamente de si mesmo, ou **pode deixar transparecer sua emoção através do léxico ou de determinadas construções ou figuras.**” (MARTINS, 2003, p. 192, grifo nosso.)

Trata-se de recurso à linguagem da emoção, cujo objetivo é um só: tocar os sentimentos, o “afeto”<sup>23</sup> do auditório. O resultado? Conforme Charaudeau (2006, p. 180, grifo nosso), “**tentar atingir seu afeto dramatizando o discurso** seria predispor-lo a aderir às idéias defendidas.” Ao provocar sentimentos no interlocutor/leitor, convida-os a aderir à sua tese, já que “não se pode descartar os sentimentos e nenhum processo linguageiro que tenda a influenciar o interlocutor” (*Idem, ibidem*, p. 81). E RJ faz isso muito bem.

Roberto Jefferson deixa transparecer sua emoção pelo recurso retórico da **repetição**, que permeia todo o seu discurso, recorrentemente. Trata-se de figura de presença, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, tem o efeito de “tornar presente na consciência o objeto do discurso.” (2005, p. 197). Koch concorda com tal asserção e complementa que a repetição “serve para criar a presença retórica, isto é, o *foregrounding* de uma idéia, que pode servir para torná-la persuasiva, ainda que sem nenhum suporte lógico.” (2003, p. 128)

---

<sup>22</sup> MARTINS, 2003, p. 192

<sup>23</sup> CHARAUDEAU, 2006, p. 81

A repetição é recurso de grande valor persuasivo, que, além de evocar e duplicar na mente dos espectadores/ouvintes o efeito de presença, amiúde provoca um outro resultado<sup>24</sup>:

[...] com a repetição, o segundo enunciado do termo **parece repleto de valor**; o primeiro, por reação, parece relacionar-se exclusivamente com um fato, enquanto, normalmente sozinho, teria parecido conter fato e valor.

É como se RJ procurasse melhor definir, reforçar seus argumentos, pelo uso da “técnica da água mole em pedra dura”<sup>25</sup>. Como bem define Koch “repete-se como meio de ‘martelar’ na mente do interlocutor até que este se deixe persuadir.” (2003, p. 127). Seu objetivo é obter a concordância do auditório, sua adesão, e para tanto procura vencer-lhe qualquer resistência. A repetição de termos é excelente meio de consegui-lo.

Roberto Jefferson “martela” na mente dos espectadores/ouvintes pela recorrência ou repetição de várias expressões, a saber (grifos nossos):

- 3 [...] se **Ele achar que eu mereço**, Sr. Presidente; se **Ele achar que eu mereço**. (linhas 83 e 84);
- 4 **Ninguém** vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. **Ninguém. Ninguém** vai me acanallar. **Ninguém**. (linhas 96 e 97);
- 5 [...] **é um escândalo** o financiamento público, **é um escândalo**. (linha 162);
- 6 [...] **grande descoberta** da Abin! **Grande descoberta!** (linha 288).

O uso de **paralelismos** – repetição de estruturas sintáticas ou rítmicas – no decorrer de todo o discurso de RJ é bastante marcante: exerce relevante função a favor do reforço argumentativo e serve pra incrementar a força retórica do texto.

Assim é que temos muitos exemplos de paralelismos sintáticos e estruturais (grifos nossos):

<sup>24</sup> (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 199, grifo nosso.)

<sup>25</sup> MARCUSCHI, *apud* KOCH, 2004b, p. 112

- 7 **O curioso é como a vida nos prega lições. O curioso é como as peças e os atores** se modificam. **É uma espécie de roda da vida, Sr. Presidente, uma espécie de roda da fortuna** [...] (linhas 16 a 18);
- 8 Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. **Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras.** Sou igual. Não faço o papel de vilão, porque não sou. **E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu.** (linhas 98 a 101);
- 9 **A democracia do mundo precisa de dinheiro para ser feita. A democracia precisa de dinheiro para** financiar a política. (linhas 179 e 180);
- 10 **A mim, Roberto Jefferson, não alegra, não gera felicidade,** não dá alegria olhar o Partido que, durante 25 anos, empunhou essa bandeira [...] **A mim isso não traz felicidade.** (linhas 192 a 194);
- 11 **É sempre a mesma gente. É sempre a mesma prática** [...] (linha 201);
- 12 **Eu não quero vestir amanhã uma camiseta** [...], **sabendo que** a camiseta que coloco no meu corpo tira do velho no hospital o remédio de que ele precisa. **Eu não quero botar uma corneta de som no meu carro** [...], **sabendo que** vou tomar de uma criança a vaga na escola. **Eu não quero estender uma faixa, um outdoor, sabendo que** o dinheiro público [...] vai tomar o prato de comida do pobre que não tem. (linhas 210 a 215);
- 13 **O que espera de nós o povo** que nos vê ao vivo aqui? [...] **O que sonha o povo de nós?** [...] **O que espera o povo de nós?** [...] **O que espera o povo de nós?** (linhas 220 e 221, 226, 233 e 236);
- 14 **Nós, com o discurso da moralidade, estamos rasgando a moralidade. Nós, com o discurso da reforma salvadora da classe média, estamos agravando a relação partidária** aqui no Congresso Nacional [...] (linhas 244 a 246);

A **repetição** visivelmente também se dá pela **sinonímia**, que é a “repetição de uma mesma idéia mediante termos diferentes”<sup>26</sup>. Também é poderoso recurso para proporcionar a presença<sup>27</sup>, mas que propicia uma “correção progressiva”<sup>28</sup>. É como se RJ procurasse, como numa autocorreção, a palavra que melhor e mais exatamente expresse a sua idéia. A definição de Martins (2003, p. 108, grifo nosso) corrobora o raciocínio:

[...] vários termos que exprimem uma idéia podem ser utilizados num mesmo texto, em contacto uns com os outros, numa seqüência, gradativa ou não, ou apresentados em intervalos.

Os sinônimos em série podem indicar que o autor não achou que qualquer deles sozinho exprimisse bem o seu pensamento **ou podem ser um recurso de ênfase, de insistência numa idéia**, que deve ser salientada em vários matizes.

Tal recurso de escolha do melhor sinônimo contribui não só para conferir coesão ao discurso, como também para torná-lo mais colorido e dinâmico. Alguns exemplos no discurso de RJ (grifos nossos):

<sup>26</sup> PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 199

<sup>27</sup> Trata-se de “figura de presença”, que, conforme já destacado, tem o efeito de “tornar presente na consciência o objeto do discurso.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 197)

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*

- 15 [...] inicialmente, peço licença para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, apesar de estarmos num **teatro de lutas**, num **teatro de idéias**, num **teatro político** [...] (linhas 3 e 4);
- 16 E, se me julgam assim, queria pedir desculpas por tentar fazer as colocações que faço na condição de **pessoa física, de homem**, deixando de lado **qualquer pendor, qualquer veia vocacional, profissional ou artística** [...] (linhas 5 a 7);
- 17 A CPI não caminha sempre na vertente da legalidade. [...] Ela tem como **motor**, como **móvel**, como **objetivo** a discussão e o debate político das práticas de crime diante do qual a sociedade se **assusta** e **fica perplexa**. (linhas 68 a 71);
- 18 Enfrento uma luta aqui como **cidadão**, como **homem**, como **chefe de família**, como **pai**, como **avô**[...]; (linhas 94 e 95);
- 19 Ou alguém tem dúvida de que a campanha **mais rica** de 2002 foi a campanha do PT? A **mais milionária, a mais poderosa** em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste. (linhas 135 a 137);
- 20 Nós não podemos **é inverter, é permitir** que a política **financie dinheiro ou faça dinheiro.**” (linhas 180 e 181);
- 21 A mim **não alegre, não gera felicidade, não dá alegria** [...] A mim isso **não traz felicidade**, porque **chafurdou** no mesmo esquema de financiamento político e partidário, **se sujou, se sujou** como os outros do passado, nos quais atirou pedra. (linhas 192; 194 a 196).

Chama também a atenção o excessivo uso dos pronomes demonstrativos **aquela, aquela, aquilo**, chamados **dêiticos**. Para Ilari e Geraldini (2004, p. 45), “[...] os demonstrativos são algumas das expressões que permitem identificar pessoas, coisas momentos e lugares a partir da situação de fala”. Em outras palavras, os dêiticos são “palavras que mostram”. (*Idem, ibidem*, p. 66)

Nesse sentido, Charaudeau e Maingueneau também nos informam (2004, p. 147): “Os dêiticos são expressões que remetem a um referente cuja identificação é operada necessariamente por meio da ambivalência espaciotemporal de sua ocorrência.”

No caso de RJ, a ocorrência dos dêiticos indiretos ou opacos, dêiticos “cuja identificação do referente não pode ser imediata” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, p. 147), tem um propósito: incutir, na mente do espectador/ouvinte, uma noção de proximidade, porque procura trazê-los “ao contexto espaciotemporal, criado e mantido pelo ato de enunciação”. (LYONS, apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, p. 148).

Roberto Jefferson propõe uma narração dos fatos, exatamente como se contasse uma história, não necessariamente situada no tempo ou no espaço com citação de lugares específicos, datas específicas. Entretanto, mantém a proximidade com o espectador/ouvinte e “cria um efeito de empatia do enunciador” (*Idem, ibidem*, p. 148). Ao rememorar fatos, chama o espectador/ouvinte a participar de suas lembranças, como se sabidas de todos fossem:

- 22 Exerci um papel de advogado **naquele** momento. Tentei fazer **naquela** CPI o que vi ontem aqui [...] (linhas 9 e 10, grifo nosso):

É a chamada **dêixis memorial**, emotiva ou empática, que concerne “às expressões demonstrativas cujo referente não está presente nem no co-texto nem na situação de comunicação.” (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, p. 148). Roberto Jefferson, em diversos momentos, estabelece tal dêixis memorial, por meio da qual busca permanecer próximo dos receptores/ouvintes. Com tal recurso, RJ insta à participação os receptores/ouvintes e os convida a retomar a memória – como se soubessem da informação e partilhassem dela. Exemplos não faltam (grifos nossos):

- 23 **Aqueles** que foram exorcistas ontem se abraçam com os fantasmas hoje. (linhas 22 e 23);
- 24 **Aquilo** é uma falsidade ideológica dele [...] E **aquela** súcia de asseclas dele desempenha o papel sujo **daquela** que é filhote do SNI, a polícia de Estado, a agência política que age em favor do Governo e não em favor da sociedade. (linhas 34 a 37);
- 25 [...] uma fita que a revista **Veja** recebeu, editou e deu parte, tentando proteger gente que realmente aparecia de maneira assim muito clara **naquelas** gravações que fizeram **aqueles** moços [...] (linhas 62 a 64);
- 26 Quatro homens foram presos pelo crime de violação de sigilo do Sr. Marinho, o que anula completamente **aquela** prova, mas isso prova legal. (linhas 67 e 68);
- 27 [...] vejo ali atrás velhos jornalistas que estão ficando de cabeça branca, como eu, que me acompanharam **naquela** fase, há treze anos, no passado [...] (linhas 77 a 79).

Digno de nota também é o valor afetivo – ironia, sarcasmo, desprezo – suscitado por RJ por meio desses demonstrativos. Pela capacidade que os demonstrativos têm de “fazerem aproximar ou distanciar no espaço e no tempo as pessoas e as coisas a que se

referem permite a estes pronomes expressarem variados matizes afetivos, em especial os irônicos”. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 327)

Em pelo menos três momentos, RJ se utiliza do pronome demonstrativo **aquele** com um tom de ironia, de desprezo, a saber (grifos nossos):

- 28 [...] para se quebrarem ou não as contas do Sr. Marcos Valério, de Belo Horizonte, **aquele** moço carequinha[...] (linhas, 25 e 26);
- 29 Vejo **aquele** moço de cabecinha assim, com um cabelo assim meio branco[...] (linhas 55 e 56);
- 30 Para que vice? Com **aquela** estrutura de mordomia, de palácio, de segurança[...] (linhas 252 e 253).

Também manifesta sua indignação por meio do pronome demonstrativo **isso**:

- 31 **Isso** é uma vergonha! (linha 234, grifo nosso.);
- 32 **Isso** foi cria da ditadura para tentar manter no Colégio Eleitoral a vitória dos militares. (linhas 264 e 265, grifo nosso.)

Roberto Jefferson também constrói a própria realidade de maneira inusitada: compara os envolvidos no esquema de corrupção por ele denunciados a fantasmas – seres invisíveis que agem sem serem percebidos –, que tranqüilamente se movimentam nos bastidores da política. Trata-se da **metáfora**, forte estratégia argumentativa.

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outras, **estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra**. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.<sup>29</sup>

O uso de figuras como “fantasmas”, “cadáveres”, para significar o provável maior esquema de corrupção do Governo PT, tem valor persuasivo: ao propor a analogia com a ópera de Gaston Leroux<sup>30</sup>, RJ procura incutir na mente dos espectadores/ouvintes que existe um mecanismo camuflado no Governo, que age nos bastidores. Tal tentativa de estabelecer,

<sup>29</sup> FAIRCLOUGH, 2001, p. 241, grifo nosso.

<sup>30</sup> “O Fantasma da Ópera”

desde o início, uma analogia com a ópera de Leroux corrobora o pensamento de Perelman e Olbrechts-Tyteca, que mencionam (2005, p. 455, grifo nosso): [...] as metáforas mais ricas e mais significantes são, porém, as que não surgem [...] durante a expressão de uma analogia, **mas as que são apresentadas, desde o início, tais quais.**”

A metáfora é também tida como “o mais importante fator de afetividade” (MARTINS, 2003, p. 95).

A própria escolha da metáfora como fator de argumentação é, por si mesma, uma tentativa de dar às palavras “um mínimo de emoção e vivacidade.” (*Idem, ibidem*, p. 102).

É o que RJ procura fazer: utilizar-se das metáforas, ao estabelecer uma analogia ou imagem com a ópera, para conseguir uma força expressiva e um teor emocional tais que comovam o espectador/ouvinte. Tal analogia é perfeitamente plausível, haja vista RJ ser aprendiz de canto lírico, barítono de ópera.

Além disso, a insistência nos elementos da ópera tem igualmente um propósito: “[...] quanto mais uma imagem é amplificada em pormenores, **mais ela é correta, sensível, imaginativa**, mais repousa numa criação individual.” (MARTINS, 2003, p. 93, grifo nosso.)

Stephen Ullman<sup>31</sup>, para quem a metáfora deve ser abrangida pelo termo mais geral imagem – “figura de linguagem que exprime alguma semelhança ou analogia”<sup>32</sup> –, determina um dos efeitos da metáfora associada à imagem: “Deve ter algo de surpreendente e inesperado; deve produzir um **efeito de assombro**, pela **revelação de algo comum entre duas experiências aparentemente díspares.**” (MARTINS, 2003, p. 95, grifo nosso).

A imagem de “fantasmas” indubitavelmente produz um “efeito de assombro”: seres invisíveis, inatingíveis, assustadores, a perturbarem sem ser percebidos. Sabe-se de sua existência, mas não se pode prová-la. Trata-se de “experiência aparentemente díspar” a

---

<sup>31</sup> *Apud* MARTINS, 2003, p. 95

<sup>32</sup> MARTINS, 2003, p. 95

associação entre os envolvidos com o mensalão e a imagem de fantasma, mas que atinge com perfeição seu propósito: pessoas que agem ilicitamente sem ser identificadas ou descobertas.

É surpreendente e, ao mesmo tempo, bastante criativa a comparação entre os bastidores da política e os bastidores da ópera: analogia ou imagem que o espectador/ouvinte apreende com facilidade: “Na maioria dos casos, o análogo [...] pode ser um tanto vago, difícil de precisar, ficando ao encargo do leitor completar, pela sua imaginação, o que o autor quis dizer.” (*Idem, ibidem*, p. 97). Não é difícil, para os espectadores/ouvintes, “completar, pela imaginação” o que RJ quis dizer: seu conhecimento de ópera, aprendiz de canto lírico que é, permite-lhe facilmente conduzi-los à imagem de ópera.

Não restam dúvidas de que o objetivo de RJ, pelas inúmeras metáforas empregadas em seu depoimento, cuja força expressiva e teor emocional são incontestáveis, parece ser atingir a sensibilidade, a subjetividade dos espectadores/ouvintes.

Os exemplos não negam tal propósito (grifos nossos):

- 33 Também procurei evitar que os **fantasmas** do PC Farias **pudessem viver à luz do dia**. E, nessa inversão de papéis que vivo hoje, vejo que muitos que ontem **exorcizavam aqueles fantasmas agora se abraçam com eles**. (linhas 12 a 14);
- 34 Não é fácil tentarmos impedir que as **contas dos fantasmas sejam vasculhadas**. **Aqueles que foram exorcistas ontem se abraçam com os fantasmas hoje**.(linhas 21 a 23);
- 35 Duro é quando esses **cadáveres** começam a **repousar no nosso colo** e os **fantasmas** que eles representam, a **assombrar nossas bandeiras, nossas lutas e assustar** os nossos discursos. (linhas 29 a 31);
- 36 Como diz a legislação americana, a **prova é envenenada, podre**, porque **fruto de árvore envenenada e podre**. (linhas 66 e 67);
- 37 No início me cobravam: ‘Provas, provas, provas!’ A **realidade foi vestida, vestiu o discurso que fiz**, as informações que dei. (linhas 143 e 144);
- 38 **A realidade vestiu as minhas palavras**. (linha 154);
- 39 Esses **fantasmas** que ficam **rondando o poder sempre são os fantasmas do financiamento eleitoral**: Delúbio, PC Farias, Marcos Valério. (linhas 199 a 201);
- 40 Nós, com o discurso da moralidade, **estamos rasgando a moralidade!** (linhas 244 e 245).

Percebe-se claramente, pelas estratégias argumentativas expostas, que, em nível discursivo, tudo o que RJ se propõe a fazer é apelar à emoção, à subjetividade dos espectadores/ouvintes, visando à comunhão com o auditório.

## ***ATO IV***

### **O ATOR POLÍTICO JOSÉ DIRCEU**

"As coisas são verdadeiras ou falsas, conforme a face pela qual as olhamos. A vontade que se compraz numa mais do que noutra desvia o espírito de considerar as qualidades das que ele não gosta de ver; e assim o espírito, formando um todo com a vontade, detém-se para olhar a face de que gosta; e assim julga pelo que nela vê."

Pascal, *apud* Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da Argumentação*, 2005.

ÍNTEGRA DO DEPOIMENTO DO EX-DEPUTADO FEDERAL E EX-MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL JOSÉ DIRCEU AO CONSELHO DE ÉTICA EM 02 DE AGOSTO DE 2005

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU** – Muito obrigado, Presidente Ricardo 1 Izar, Sr. Relator, advogados, Sras. Deputados, Srs. Deputados, servidores e funcionários da 2 Câmara dos Deputados e a imprensa que nos acompanha. Sr. Presidente, venho ao Conselho 3 de Ética e coloco-me à disposição como testemunha. Quero deixar claro que, apesar de ter 4 sido muitas vezes tratado como réu, não há nenhuma acusação formal contra a minha 5 pessoa. Tomei uma decisão de não renunciar. Eu não teria condições de olhar nos olhos do 6 senhor, do Relator, de todos os Deputados e Deputadas que estão aqui, da minha geração de 7 68, dos meus companheiros e companheiras que caíram lutando contra a ditadura. Não teria 8 condições mais de olhar para a militância do PT, de andar de cabeça erguida no Brasil se eu 9 renunciasse ao meu mandato. Não vou renunciar ao meu mandato! Eu vou lutar em defesa 10 da minha honra e do meu mandato até o fim. A única coisa que eu quero é justiça. Quero 11 que sejam obedecidos o Regimento Interno das Casas, das Comissões e a lei do País. Não 12 posso aceitar. Pago caro porque sou assim. Que, por exemplo, seja pedida a quebra do meu 13 sigilo bancário, telefônico e fiscal, que eu coloquei à disposição sem que eu fosse sequer 14 citado na CPI dos Correios. Eu não fui citado na CPI dos Correios. Eu não era nem 15 investigado nem testemunha, não tinha sido ouvido pela CPI dos Correios. Com exceção, 16 fui citado, sim, com exceção dos depoimentos do Deputado Roberto Jefferson e da 17 secretária Karina – e nem sei se já tinha sido deposto. Não posso, Sr. Presidente, Sras. e 18 Srs. Deputados – e quero dizer isso ao País – aceitar que eu seja prejudgado, que eu seja 19 transformado, como fez o Deputado Roberto Jefferson, num chefe de quadrilha ou do 20

maior esquema de corrupção no País ou o articulador e organizador do mensalão e que 21  
muitas vezes os meios de comunicação tratem determinados temas sem me ouvir, sem 22  
colocar a minha palavra. E cito casos que são exemplares. E, inclusive, já fiz uma nota 23  
pública que vou enviar ao Conselho de Ética e que foi retransmitida por alguns órgãos de 24  
imprensa. Dizer, por exemplo, que eu permiti ou autorizei falar em meu nome junto à 25  
PETROBRAS, cicrano ou fulano, sem provas, matérias como a do INSS, de gravações de 26  
cidadãos que estão sendo processados e que procuram me envolver sem provas. As 27  
reiteradas matérias de uma revista semanal. A tentativa, Sr. Presidente, de me prejudicar não 28  
me intimida e não vai me impedir de me defender. Por que eu estou sendo acusado, eu 29  
estou sendo tratado dessa forma no País? Pelo que eu fiz de errado? Por crimes que 30  
pratiquei? Por atos ilícitos? Pela quebra do decoro parlamentar? Claro que não. Pelo que eu 31  
represento. Eu tenho consciência disso. Pelo que eu represento na história do País, pelo que 32  
eu represento para a esquerda, pelo que eu represento para o meu partido, o PT, e pelo que 33  
eu representei na eleição do Presidente Lula, como Presidente do PT, como coordenador da 34  
sua campanha. É isso que está sendo julgado. Por quê? Qual é a história da minha vida? Eu 35  
tenho, Sr. Presidente, esse direito de, neste momento, expor isso ao País. Eu tenho 40 anos 36  
de vida pública, Sr. Presidente. Comecei em 1965, na luta contra a ditadura. Quarenta anos 37  
de vida pública. Nunca, Sr. Presidente, com exceção dos processos do período da ditadura 38  
militar, respondi a um só processo judicial. Não tenho uma condenação. Fui Deputado e 39  
sou – vou completar 16 anos -, fui servidor público da Assembléia Legislativa de São Paulo 40  
durante quase 6 anos; fui advogado, como sou, exerci. Mesmo quando estava na 41  
clandestinidade, com outro nome, me comportei – e a cidade de Cruzeiro do Oeste é 42  
testemunha – de uma forma correta do ponto de vista ético, moral, e não tenho nenhuma 43  
acusação contra mim. Por isso que posso voltar de cabeça erguida a Cruzeiro do Oeste. O 44  
Brasil conhece a minha vida. Eu, Sr. Presidente, vivi no exterior, em Cuba, e vivi no Brasil 45

em vários Estados clandestino, mas não há nada que pese contra a minha pessoa, mesmo 46 quando eu vivia na clandestinidade. Fui Deputado Estadual Constituinte, Deputado Federal 47 por 2 mandatos. Não respondi durante esses mandatos e agora, durante o meu mandato de 48 novo, a nenhum processo, com exceção de um caderno parlamentar que fiz e que se 49 discutiu na Justiça Eleitoral se tinha caráter eleitoral ou não, que a legislação veda, e foi 50 arquivado. Como servidor da Assembléia, respondi a um processo administrativo porque 51 fui a Cuba como assessor - porque era funcionário - de uma delegação de Parlamentares e 52 entendeu-se que eu devia não receber o salário dos dias trabalhados, na viagem, como 53 assessor. Também ganhei esse processo. Eu voltei da clandestinidade, em 1980, e faço 54 questão de falar isso, porque é uma característica da minha vida, e fui trabalhar na 55 Assembléia Legislativa de São Paulo como auxiliar administrativo. Passei por um teste de 56 datilografia. Eu era convidado para ser membro do Diretório Nacional do PT, junto com 57 Luiz Travassos e Vladimir Palmeira, e candidato a Deputado Federal. Mas passei por um 58 concurso, Sr. Presidente, não usei de privilégios, não usei, em nenhum momento, do nome 59 que tinha. E todos os servidores da Assembléia e todos os Deputados e Deputadas da 60 Legislatura que terminou em 82 e foi até 86 me conheceram trabalhando dia e noite na 61 Assembléia, ganhando 3 salários mínimos. E fui estudar na Pontifícia Universidade 62 Católica de São Paulo. Fui terminar meu curso de Direito e prestar exames da Ordem. Fui 63 militar no núcleo de base do meu partido, apesar de ser convidado pelo Presidente Lula, 64 Presidente do PT naquele então, para ser membro do Diretório Nacional, um diretório 65 zonal, antes um núcleo. Eu comecei no PT como militante e sou militante até hoje. Não 66 preciso de título de Ministro nem de membro da Direção do PT para ser militante do PT. 67 Fui Secretário de Formação Política do PT, fui Secretário-Geral do PT em São Paulo, fui 68 Secretário-Geral Nacional e Presidente do PT. Quero hoje, Sr. Presidente, repelir, porque 69 agora se constrói uma imagem - li hoje no jornal -, de que eu construí um modelo cubano 70

do PT, aprendi em Cuba para construir um partido como o PT. Não há partido, pode haver 71 partido igual, mais democrático do que o PT, mais pluralista. Todas as propostas que eu 72 aprovei no PT, que eu defendi junto com correntes políticas do PT, com dirigentes 73 parlamentares, com militantes foram disputadas no voto, primeiro nos encontros e nos 74 diretórios, depois por eleição direta. Eu fui eleito Presidente do PT três vezes em encontros 75 e uma vez por eleição direta, sempre defendendo as minhas idéias. O PT não é um partido 76 stalinista; eu não tenho “grupo do Zé Dirceu” no PT. Eu dirigi o PT sempre com mandato 77 das bases do PT, sempre disputando idéias e propostas. O PT, Sr. Presidente, Sr. Relator, 78 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero dizer isso ao Brasil, é produto da própria história 79 do Brasil recente, da própria luta do povo brasileiro pela democracia, por direitos políticos 80 sociais das classes populares, das camadas médias, do pequeno e médio empresariado. Ele 81 foi se constituindo na prática, governando, legislando nas Câmaras e Assembléias, criando 82 programas de governo e idéias para o País, interagindo com setores sociais. E foi-se 83 constituindo nesse grande partido que é hoje, e nós temos de preservar o PT como 84 instituição. E eu, inclusive, não renuncio e vou lutar até o fim, Sr. Presidente, porque quero 85 ter o direito de olhar no olho de cada militante do PT. Eu não teria condições de andar nas 86 ruas do País se eu, para preservar os meus direitos políticos, renunciasse. Porque renunciar 87 significa eu aceitar as acusações que me estão sendo feitas. Eu quero que a Comissão 88 Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios – estou à disposição para ir até a Comissão – 89 que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos investiguem e provem 90 que eu tenho alguma ligação com os atos ilícitos praticados, que eu quebrei o decoro 91 parlamentar. Provem, e aí eu quero um julgamento, mas eu não aceito ser prejudgado e não 92 aceito ser banido da vida política do País de novo. Nada me vai banir da vida política do 93 País, nem que suspendam meus direitos políticos e cassem meu mandato. Eu vou continuar 94 agindo como cidadão e lutando no Brasil pelos ideais em que eu acredito. Preservar o PT, 95

Sr. Presidente, significa o PT e nós todos que somos militantes filiados do PT 96 reconhecemos os erros que cometemos e mudarmos aquilo que foi errado. Reconhecemos 97 os erros que cometemos e mudarmos, e esse processo já se iniciou. Ao contrário do que 98 dizem, eu, com o meu humilde apoio, apoiei a transição da Presidência de José Genoíno 99 para Tarso Genro, apoiei as mudanças na Comissão Executiva Nacional e apoio a nova 100 direção, que se está construindo no PT. E haverá um processo interno no PT para eleger 101 uma nova direção, que, tenho certeza, saberá corrigir os erros que o PT adotou. O Brasil, 102 evidentemente, vai ter que se repensar. Todos nós temos responsabilidade. E eu, como 103 Parlamentar, como cidadão, vou lutar para que se faça, em primeiro lugar, uma ampla 104 reforma política. Não vou entrar em detalhes da reforma política, para não tomar tempo. 105 Mas todos sabem que o País precisa de uma reforma política. E o País também não pode 106 misturar o joio com o trigo, jogar com a água a criança fora. O Governo do Presidente 107 Lula, do qual tenho orgulho e honra por ter participado por 30 meses, é uma grande 108 conquista política, social, econômica e institucional da sociedade brasileira. Não é verdade 109 que é um Governo corrupto, ou que permita a corrupção. Nós estamos investigando – eu 110 me considero Deputado e parte dessa investigação – as denúncias de corrupção que 111 surgiram. O Governo, desde o seu início, sempre tomou medidas contra a corrupção – e o 112 País conhece essas medidas -, sempre atuou em conjunto com o Ministério Público. E o 113 Presidente Lula escolheu o primeiro da lista duas vezes para a Procuradoria Geral da 114 República. Coisa inédita na história do Brasil. Sempre colaboramos com o Tribunal de 115 Contas da União e fortalecemos os Controles Internos do Governo. Eu disse e repito: este 116 é um Governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção. E eu sempre me 117 esforcei nesse sentido. E vou passar à Comissão de Ética todas as denúncias que chegaram 118 à Casa Civil, que encaminhei para o Controle Interno, que depois encaminhou para os 119 órgãos responsáveis, seja CGU, seja Tribunal de Contas, seja o Ministério Público. 120

Dezenas, centenas de casos que chegaram à Comissão de Ética. Trinta meses fui 121  
Ministro-Chefe da Casa Civil, exercia função republicana estatal, nada mais nada menos. 122  
A Casa Civil sempre teve esse papel no Brasil. É verdade que, no primeiro ano até janeiro, 123  
antes do caso Waldomiro Diniz, eu exercia também a Subchefia de Assuntos 124  
Parlamentares e a Secretaria de Assuntos da Federação. Portanto, era também como se 125  
fosse Secretário-Geral da Presidência, como no passado. Coordenei as ações de Governo, 126  
reorganizei as câmaras setoriais, sempre por determinação do Presidente, coordenei a 127  
Subchefia de Assuntos Jurídicos e a Subchefia de Assuntos Governamentais, que são da 128  
natureza da Casa Civil. Pelas demandas de um projeto de desenvolvimento nacional, 129  
incorporamos na Casa Civil uma sala de investimento, para enfrentar o grave problema da 130  
carência de investimentos no País, para desburocratizar, agilizar e incentivar os 131  
investimentos, junto com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, com os 132  
Ministérios da Fazenda, Planejamento e BNDES. E criamos salas de infra-estrutura, uma 133  
agenda portos, uma sala de infra-estrutura de ferrovias, uma de rodovias, para que 134  
resolvêssemos os problemas de investimento, meio ambiente, legais, burocráticos dos 135  
investimentos na infra-estrutura. Esse foi o papel que exerci, dentro de um programa, que 136  
é real e está em ação no País, de crescimento econômico, de criação de emprego, de 137  
retomada do desenvolvimento de uma política industrial de inovação. Não há no País, para 138  
além da crise política que estamos enfrentando, fruto da gravíssima situação que vivemos 139  
nesse momento pelas denúncias todas que foram feitas e estão sendo apuradas, uma crise. 140  
O País tem Governo que está governando, e avança no crescimento e no desenvolvimento 141  
econômico. E tem programas sociais e programas inovadores nas áreas de saúde e 142  
educação. E tem programas importantes de transferência de renda e de combate à fome. 143  
Está fazendo a reforma agrária e cuidando da agricultura familiar. O País acabou de bater 144  
novamente recordes de exportação e de superávit de conta corrente. Temos restrições 145

orçamentárias, porque temos uma dívida interna e precisamos fazer um superávit. Mas nós 146  
precisamos preservar os avanços, como no passado. Como este Governo procurou 147  
preservar a estabilidade fiscal e monetária, nós precisamos preservar os avanços deste 148  
Governo. Preservar a democracia, as instituições e a governabilidade. É um direito da 149  
Oposição fiscalizar, fazer oposição e disputar o Governo ou o poder. Mas o País não pode 150  
colocar em risco os avanços democráticos. Esses 20 anos que nós temos de avanço. E é 151  
importante. Por isso nós, que somos do PT, as forças políticas que formaram a coalizão no 152  
primeiro turno com o Presidente Lula, aquelas forças que queiram dar continuidade a esse 153  
projeto, façam também uma avaliação do que foram esses meses de Governo e o que pode 154  
ser a continuidade deste Governo num processo de reeleição ou não. Garantir o projeto de 155  
desenvolvimento nacional para o País, porque o Presidente Lula, ao contrário do que 156  
dizem, é a maior liderança histórica do Brasil das últimas décadas. É, na verdade, uma 157  
dádiva que o Brasil tem. Não é verdade que eu estou magoado, ressentido com o 158  
Presidente Lula e que eu viria a esta Comissão, Sr. Presidente, fazer qualquer tipo de 159  
ataque ou de cobrança ao Governo ou a Ministros do Governo. Eu sei me defender 160  
sozinho. Eu não preciso, não quero que o Governo, ou mesmo que o meu partido, tenha 161  
que me defender. Eu o farei sozinho. Tenho responsabilidade do que significo e tenho 162  
responsabilidade sobre os meus atos como Ministro e agora como Deputado. Sr. 163  
Presidente, quero reiterar o que já disse na Corregedoria e já disse ao País: não organizei, 164  
não sou chefe, jamais permitiria compra de votos e pagamento de Parlamentares. Jamais 165  
permitiria. Não é verdade que eu seja o responsável pelo mensalão. E se existe o 166  
mensalão, existe uma CPI. Quero ir depor na CPI, como o Deputado Roberto Jefferson vai 167  
depor, como os Deputados citados vão depor. E esta CPI vai investigar e vai provar que eu 168  
não tenho nenhuma responsabilidade, não tive e jamais permitiria que se instituísse no 169  
País esse tipo de processo. Quero reiterar para o País que não sou responsável, jamais fui e 170

jamais permitiria a compra de votos nesta Casa. Fui responsável pela articulação política 171 do Governo. E os Deputados que estão aqui, e os Senadores que estão no Senado, que 172 conviveram comigo, que se reuniram comigo, discutiram comigo, com o Ministro Chefe 173 da Casa Civil sabem que isso não é verdade, que eu jamais propus para qualquer 174 Deputado, Deputada, Senador, Senadora, para qualquer presidente de partido, para 175 qualquer Líder, qualquer proposta que não fosse lícita, republicana. Nós constituímos o 176 Governo como se constituem todos os Governos nos Municípios e nos Estados do Brasil. 177 É uma coalizão político-eleitoral que elege um Prefeito, um Governador, um Presidente, 178 ou uma Prefeita, uma Governadora e uma Presidenta. Depois compõe o Governo, por 179 intermédio de critérios políticos, técnico e profissionais. Os nomes são examinados por 180 estruturas do Estado brasileiro, seja o Gabinete de Segurança Institucional, seja a 181 Secretaria de Ações Governamentais. E se compõem em cada Ministério, em cada 182 autarquia os órgãos dirigentes. O Governo tomou a decisão sábia de não permitir que um 183 partido só... porque isso seria um absurdo, porque seria excluir os servidores públicos de 184 carreira ou os servidores públicos que não são membros de nenhum partido da 185 participação das autarquias, das estatais ou dos Ministérios. Muitos nomes não foram 186 aceitos por isso, por falta de critério político, ou critério ético, ou por antecedentes que 187 não permitiam ou porque não tinham qualificação técnica. Não fizemos nada que não 188 fosse da própria experiência político-institucional brasileira, que é recente, de 20 anos, que 189 vamos lembrar que de 64 a 85 praticamente vivemos numa ditadura militar. Eu sou 190 responsável e assumo meus atos como de Ministro Chefe da Casa Civil e como Deputado, 191 neste curto mandato que tenho. Não assumo os atos da Comissão Executiva Nacional do 192 PT, dos membros da direção do PT, porque eu não era membro da direção do PT, não 193 participava das decisões. Não posso assumir aquilo que eu não fui responsável. Não vou 194 assumir. Tenho responsabilidade política como membro do Diretório Nacional do PT e 195

respondo por isso, mas não vou assumir a responsabilidade pelos empréstimos que foram 196  
feitos juntos às empresas do Sr. Marcos Valério, que tomaram empréstimos juntos aos 197  
bancos BMG e Banco Rural, aliás, as diretorias dos bancos já afirmaram isso. Já 198  
discutiram isso comigo. O Deputado Roberto Jefferson, durante as entrevistas e 199  
depoimentos que fez, me fez muitas acusações. Eu tenho serenidade para ouvi-las, 200  
para analisá-las, aceitar, se eu cometi algum erro, ou para repudiá-las. O Deputado 201  
Roberto Jefferson teve todas as condições de denunciar o mensalão, que, aliás, muitas 202  
vezes, seus próprios companheiros de partido declaram que não é fato o que ele afirma, 203  
como já aconteceu nos depoimentos. Nós vamos ver na própria Comissão de Ética. Ele 204  
teve oportunidade quando o Deputado Miro Teixeira o convidou, quando a Corregedoria 205  
da Câmara abriu um procedimento. Podia ter ido ao plenário, ao Ministério Público, mas 206  
ele quer transferir a prevaricação - que é o termo correto - dele para nós, para o Ministro 207  
Aldo Rebelo, para o Ministro Antonio Palocci, para mim, para o Ministro Ciro Gomes. O 208  
único que realmente ouviu dele e pediu a ele para que fosse junto apurar, ele não o fez. 209  
Então, não transfira para mim e para outros aquilo que era uma responsabilidade dele e 210  
não minha. Não eram responsabilidades minhas. Da mesma maneira, o Governo não tinha 211  
outra alternativa frente às denúncias que surgiram nos Correios que mandar, determinar, 212  
orientar os órgãos responsáveis, solicitar, seja à Polícia Federal, ao Ministério Público, à 213  
CGU, investigar as denúncias dos Correios, e as denúncias no IRB ou em outros locais. O 214  
que é que se queria? Que o Governo não investigasse, não apurasse?! Eu não estou sendo 215  
acusado de ato de corrupção em nenhum órgão público, ao contrário do Deputado Roberto 216  
Jefferson, que inclusive é réu confesso em alguns casos. Agora, não atribua a mim aquilo 217  
que ele confessa que praticou, que muitas vezes é negado pelos seus interlocutores, como 218  
se eu tivesse conhecimento e tivesse concordado, como é no caso de Furnas, que é 219  
refutado pelo Sr. Dimas Toledo. Eu falo isso com tranqüilidade e serenidade, porque o 220

Conselho de Ética e as CPIs vão investigar - a CPI dos Correios, aliás, está investigando o 221 que aconteceu nos Correios. Eu não tenho nenhuma relação com o que aconteceu nos 222 Correios, no IRB, em FURNAS. Jamais fiz tráfico de influência ou lobby no Governo, Sr. 223 Presidente. E o Sr. Delúbio Soares, que foi Tesoureiro do PT, já declarou que eu não tinha 224 conhecimento dos empréstimos. Portanto, Sr. Presidente, eu dediquei toda a minha vida ao 225 Brasil, à causa pública, ao PT, ao Parlamento e, nos últimos meses, até 22 de junho, ao 226 Governo do Presidente Lula. Eu quero ser julgado pelos erros que cometi, mas não por 227 calúnias, difamações e injúrias. E não vou aceitar, Sr. Presidente, prejulgamento, nem 228 falsas acusações ou montagens ridículas, como é o caso da suposta transferência de 229 recursos para um amigo meu, Roberto Marques, que me acompanha muitas vezes nos 230 finais de semana, nas férias, que é funcionário da Assembléia Legislativa de São Paulo. 231 Cada dia fica evidente, e a própria CPI não reconheceu o documento como um documento 232 verdadeiro. Não vou sair da vida pública, quero reiterar, em hipótese alguma. Não cometi 233 nenhum crime, não quebrei o decoro parlamentar. Aliás, nem Deputado Federal eu era, era 234 licenciado, estava no cargo de Ministro, não tinha imunidade parlamentar, tinha foro 235 privilegiado de Ministro. Não protegi nenhuma espécie de corrupção, lobby, ou tráfico de 236 influência. Não autorizei, nem dei garantias a nenhuma ação para ser feita em meu nome. 237 Não deleguei e não autorizei ninguém a falar em meu nome em nenhum órgão público. E 238 quero repetir, durante esses anos todos e nesses meses de Governo, centenas de homens 239 públicos conviveram comigo. Eu olho para todos os Deputados e Deputadas que estão 240 aqui, nunca nenhum ouviu de mim, inclusive os da Oposição que tiveram oportunidade de 241 discutir e conversar comigo, seja sobre investimentos, seja sobre reivindicações de 242 Prefeitos e Governadores, seja sobre emendas parlamentares, seja sobre participação no 243 Governo, se fosse o caso. Avoco testemunho de centenas de empresários e dezenas de 244 entidades empresariais que trabalharam comigo nos 30 meses do Governo Lula se alguma 245

vez fiz alguma proposta e pratiquei algum ato que pudesse me envergonhar, ou fiz alguma 246  
proposta ilícita ou indecorosa. Por isso, Sr. Presidente, tenho consciência da gravidade da 247  
situação e da tragédia que se abateu sobre nós, do PT, e sei da angústia e do sofrimento, 248  
que também é meu, de milhares de petistas e de milhões de eleitores do Presidente Lula. 249  
Sei da gravidade dos erros que setores da direção do PT cometeram na campanha de 2004. 250  
Mas quero repetir, só respondo pelo que decidi, participei e autorizei. Coloco-me à 251  
disposição, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados e Deputadas, do Conselho de Ética, e 252  
vou colaborar com todas as investigações, tanto da Câmara e do Senado, do Congresso, 253  
como do Ministério Público e da Polícia Federal. E reitero, de nada me serve não poder 254  
andar de cabeça erguida no País, de nada me serve renunciar para preservar... Não critico 255  
e não julgo quem o fizer, mas no meu caso de nada me serve ter direitos políticos se eu 256  
não tiver dignidade, se eu não puder olhar nos olhos de vocês, dos petistas, das petistas, 257  
dos eleitores e das eleitoras que me trouxeram 3 vezes para a Câmara dos Deputados, 258  
levaram-me para a Assembléia Constituinte Estadual de São Paulo, se eu não puder andar 259  
de cabeça erguida e com dignidade no País. Prefiro ficar sem direitos políticos, se for o 260  
caso – ainda que considere isso uma cassação política, a não ser que haja algo concreto 261  
que prove que quebrei o decoro parlamentar – do que renunciar para ter uma falsa 262  
sobrevida política. Não vou renunciar, vou travar mais essa luta na minha vida, talvez a 263  
mais importante da minha vida. Espero que eu possa chegar ao final com a consciência 264  
tranqüila como estou hoje aqui. Muito obrigado. 265

Charaudeau (2006, p. 82), inteligentemente, define as estratégias discursivas de um político:

Efetivamente, as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e de que caminho ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as idéias ou as ações.

No caso de José Dirceu, de agora por diante denominado JD, seu discurso é construído sob a premissa da acusação: é o suposto principal mentor, articulador, mandante do mensalão. Seu depoimento tem o objetivo de, na condição de testemunha, defender-se e anular as acusações.

Embora classificado como “firme”, seu depoimento é também tachado de “pouco crível”<sup>33</sup>. O Senador Arthur Virgílio, em pronunciamento proferido no plenário do Senado Federal, um dia após o depoimento de JD<sup>34</sup>, afirmou:

Subjetivamente, concludo que o Sr. José Dirceu mentiu durante toda a extensão do seu depoimento de ontem. Mentiu! M-E-N-T-I-U! Mentiu durante toda a extensão do seu depoimento. Mas essa conclusão é subjetiva. [...] Na minha opinião, não sobreviveria com suas falsas verdades a um soro de uma verdadeira verdade.

Tal impressão foi compactuada por muitos, incluindo a imprensa escrita.<sup>35</sup>

O que os levou à conclusão de que JD mentiu em seu depoimento? Existem marcas que conduzem a tal raciocínio?

---

<sup>33</sup> Jornal *Valor Econômico*, 04 de agosto de 2005

<sup>34</sup> Proferido em 03 de agosto de 2005, para uma questão de ordem.

<sup>35</sup> Artigos “Mentiras e Verdades”, editorial do *Correio Braziliense*; “Hoje tem espetáculo”, de Octaciano Nogueira, *Correio Braziliense*, apenas para citar dois exemplos.

Não caberá aqui discorrer sobre a mentira, pois, concordando com Charaudeau (2006, p. 104) “seria uma atitude ingênua pensar que a mentira é ou não é o que se opõe a uma verdade única.”

Sem o mito da “verdade única”, não há a pretensão de concluir se JD mentiu ou não em seu depoimento:

A mentira inscreve-se, portanto, em uma relação entre locutor e interlocutor: o primeiro deve considerar o saber do segundo (ou representar para si o universo de pensamento deste) para proteger seu próprio saber. Não há mentira em si, na mesma medida em que não há mentiroso em si. Em uma relação não há mentira senão em função da aposta que recobre essa relação e do olhar daquele que pode detectar a mentira.<sup>36</sup>

Nosso interesse é desvendar que efeitos de sentido as estratégias discursivas escolhidas por JD produziram, que causaram a seu depoimento a impressão de mentiras.

Com o objetivo de defender-se das acusações, JD utiliza-se, de maneira bastante recorrente, da **estratégia da denegação**, segundo a qual, conforme Charaudeau (2006, p. 108, grifo nosso), “o político, surpreendido em negócios que são objeto de uma ação da justiça, **nega sua implicação** ou a de seus colaboradores. **Na hipótese de ter alguma responsabilidade nesses negócios, negar equivale a mentir.**”

A estratégia da denegação é confirmada pelo elevado número de orações negativas, com o uso dos advérbios “não”, “nunca”, “jamais” – cerca de 100 ocorrências. Também relevante é o uso do advérbio “não” em conjunto com quantificadores, tais como “nenhum” e “nada”. Trata-se de recurso argumentativo, já que “o fato de que os conteúdos afetados pela negação são exatamente os mesmos que apresentamos como dotados de maior impacto informativo.” (ILARI; GERALDI, 2004, p.35). Tal recurso é também chamado de

---

<sup>36</sup> (CHARAUDEAU, 2006, p. 105)

“dupla negação”, quando co-ocorre “a partícula de negação com outras formas negativas, como *nada, ninguém* [...]”<sup>37</sup>

Antecipadamente, JD coloca-se na defensiva, como se num tribunal estivesse, como se julgado pela opinião pública, que, neste caso, assume o papel do “enunciador” que assume o ponto de vista que José Dirceu nega, refuta (MAINGUENEAU, 1997, p. 81):

A máxima define-se como um discurso didático polêmico (...); o enunciado do leitor, que é negado, não é o de uma classe definida de leitores, mas de todos os leitores possíveis.

Koch assevera que “todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de um outro enunciador, incorporado ao discurso de um locutor [...]” (2004a, p. 144). José Dirceu, ao negar veementemente as acusações, assume que há um enunciador que afirma o contrário. Perelman e Olbrechts-Tyteca melhor explicam (2005, p. 175, grifo nosso): “A mesma idéia pode ser formulada de um modo afirmativo ou negativo. [...] No caso da formulação negativa, a referência a outra coisa é totalmente explícita: **a negação é uma reação a uma afirmação real ou virtual de outrem.**” Também Fairclough corrobora tal argumento ao afirmar que “as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los.” (2001, p. 157)

Isso certamente ocorre quando JD afirma, como nos exemplos a seguir (grifos nossos):

- 41 Tomei uma decisão de **não renunciar**. (linha 6);
- 42 **Não vou renunciar** ao meu mandato! (linha 10);
- 43 **E eu**, inclusive, **não renuncio** e vou lutar até o fim, Sr. Presidente, porque quero ter o direito de olhar no olho de cada militante do PT. (linhas 85 e 86)
- 44 **Não vou sair da vida pública**, quero reiterar, em hipótese alguma. (linha 233);
- 45 **Não vou renunciar**, vou travar mais essa luta na minha vida, talvez a mais importante da minha vida. (linhas 263 e 264)

---

<sup>37</sup> Koch, 2003, p. 140.

Trata-se de uma forte reação a uma afirmação “real ou virtual” de que ele renunciará ao mandato, em vista das acusações contra sua pessoa. E há outros momentos em que negar significa assumir que existe a acusação (linha 19 a 22, grifo nosso):

46 **Não posso**, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados – e quero dizer isso ao País – **aceitar que eu seja prejudgado, que eu seja transformado**, como fez o Deputado Roberto Jefferson, **num chefe de quadrilha ou do maior esquema de corrupção no País ou o articulador e organizador do mensalão** [...]

Segundo Ducrot (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 80), existem dois enunciadores: o primeiro – que, neste caso, pode ser o Deputado RJ ou, em conseqüência de suas denúncias, a opinião pública – que assume o ponto de vista rejeitado por JD, qual seja, de que seja o mentor, o chefe do maior esquema de corrupção do País, o articulador do mensalão; e o segundo – que, neste caso, é o próprio Deputado JD – que assume a rejeição deste ponto de vista.

Trata-se, neste caso, da **negação polêmica**. Vale distinguir a negação polêmica da negação descritiva, porque a primeira “mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta, enquanto a negação descritiva é compatível tanto com a contradição como com a contrariedade.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 82). Na negação polêmica, “não há rejeição de um locutor, mas de um enunciador mobilizado no discurso, enunciador este que não é o autor de um enunciado realizado. O que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que o contesta.” (*Idem, ibidem*, p. 84) É o que os exemplos demonstram (grifos nossos):

- 47 Sr. Presidente, quero reiterar o que já disse na Corregedoria e já disse ao País: **não organizei, não sou chefe, jamais permitiria compra de votos** e pagamento de Parlamentares. Jamais permitiria. **Não é verdade que eu seja o responsável pelo mensalão**. (linhas 163 a 166);
- 48 E esta CPI vai investigar e vai provar que eu **não tenho nenhuma responsabilidade, não tive e jamais permitiria** que se instituísse no País esse tipo de processo. Quero reiterar para o País que **não sou responsável, jamais fui e jamais permitiria a compra de votos** nesta Casa. (linhas 168 a 171);
- 49 E os Deputados que estão aqui, e os Senadores que estão no Senado [...] sabem que **isso não é verdade**, que eu **jamais propus** para qualquer Deputado, Deputada, Senador, Senadora, para

qualquer presidente de partido, para qualquer Líder, **qualquer proposta que não fosse lícita**, republicana. (linhas 172 a 176)

- 50 **Não assumo os atos** da Comissão Executiva Nacional do PT [...] **Não posso assumir** aquilo que eu **não fui responsável. Não vou assumir**. Tenho responsabilidade política como membro do Diretório Nacional do PT e respondo por isso, mas **não vou assumir a responsabilidade** pelos empréstimos que foram feitos juntos às empresas do Sr. Marcos Valério [...] (linhas 192 a 197)

JD, apesar de colocar-se à disposição, no início de seu discurso, “como testemunha”<sup>38</sup>, age como réu, dirigindo-se a um auditório ou a enunciadores que julga pensarem exatamente o contrário. Suas refutações são predominantemente proposicionais, pois a negação “não é definida. Ela conserva os pressupostos do enunciado rejeitado, propondo-se unicamente a recusar a primeira asserção, e não a corrigi-la. Está freqüentemente **associada a um ato de justificação.**” (MAINGUENEAU, 1997, p. 81, grifo nosso.) Trata-se do terceiro tipo de refutação, por meio da negação polêmica, segundo J. Moeschler<sup>39</sup>: a refutação proposicional.

E parece-nos que o que JD faz de melhor é justificar-se. E, para isso, resgata a sua história pessoal, seu passado de banimento, de clandestinidade, sua luta em prol das causas petistas, para apoiar o argumento de que não organizou, não foi chefe, jamais teria permitido a compra de votos e o pagamento de Parlamentares, rejeitando a tese de RJ de que seria o mentor, um dos “fantasmas” do mensalão.

Segundo Charaudeau (2006), o **discurso de justificação** é uma estratégia discursiva, porque “é importante para o político responder à acusação de culpa ou de responsabilidade, se quiser sair ileso do ataque” (CHARAUDEAU, 2006, p. 127). E a negação é uma das estratégias de que o político pode lançar mão para preservar sua imagem: “a negação consiste em rejeitar a denúncia, em contestar a acusação e declará-la nula e improcedente, o que significaria que não há o que justificar.” (*Idem, ibidem*).

<sup>38</sup> Linhas 3 e 4 da Íntegra do discurso de José Dirceu.

<sup>39</sup> *Apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 82

Entretanto, ao negar as acusações, JD procura inverter os papéis: transforma o acusador em perseguidor e o acusado, ele mesmo, em perseguido (linhas 29 a 35, grifo nosso):

- 51 Por que estou sendo acusado, eu estou sendo tratado dessa forma no País? Pelo que eu fiz de errado? Por crimes que pratiquei? Por atos ilícitos? Pela quebra do decoro parlamentar? Claro que não. **Pelo que eu represento.** Eu tenho consciência disso. **Pelo que eu represento na história do País, pelo que eu represento para a esquerda, pelo que eu represento para o meu partido, o PT, e pelo que eu representei na eleição do Presidente Lula,** como coordenador da sua campanha. É isso que está sendo julgado.

Percebe-se a **repetição** com o uso do **paralelismo sintático**, a “martelar” na mente dos espectadores/ouvintes a suposta razão de JD estar sendo acusado: pelo que representa para o País, para os militantes da esquerda, para o Partido dos Trabalhadores.

Em seguida, JD descreve seus 40 anos de vida pública, iniciados em 1965 na luta contra a ditadura. Tal atitude não é sem intenção, como define muito bem Marc Augé<sup>40</sup> (1994):

A relação com o passado é talvez a que permita ao indivíduo perceber mais facilmente, mediante os efeitos de reconhecimento retrospectivo, sua relação com a coletividade e a história. As experiências vividas no passado, é notório, adquirem com o tempo uma aura particular, mas, sobretudo, criam a identidade e a diferença: identidade entre aqueles que as partilharam, seja qual for a natureza delas [...], diferença – e mais ainda, alteridade – em relação às gerações para as quais esses fatos já são históricos [...]

Em alguns momentos, sua defesa pessoal se mistura com a defesa do Partido dos Trabalhadores como instituição (linhas 78 a 85, grifo nosso):

- 52 O PT, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, quero dizer isso ao Brasil, é produto da própria história do Brasil recente, da própria luta do povo brasileiro pela democracia, por direitos políticos sociais das classes populares, das camadas médias, do pequeno e médio empresariado. Ele foi se constituindo na prática, governando, legislando nas Câmaras e Assembléias, criando programas de governo e idéias para o País, interagindo com setores sociais. E foi-se constituindo nesse grande partido que é hoje, e **nós temos de preservar o PT como instituição.**

---

<sup>40</sup> *Apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 212

Suas palavras, numa espécie de “discurso do complô”<sup>41</sup>, carregam o implícito da perseguição, como podemos averiguar (linhas 92 a 95, grifo nosso):

- 53 Provem, e aí eu quero um julgamento, mas eu não aceito ser prejulgado, e **não aceito ser banido da vida política do País de novo. Nada me vai banir da vida política do País**, nem que suspendam meus direitos políticos e cassem meu mandato. Eu vou continuar agindo como cidadão e lutando no Brasil pelos ideais em que eu acredito.

O implícito que o advérbio “de novo” carrega é claramente perceptível: assim como, no passado, foi expulso do País pela ditadura militar, tendo sua nacionalidade cassada e sendo banido do País para viver exilado em Cuba, acredita que nova perseguição está sendo promovida contra ele. Entretanto, trata-se não só de uma perseguição individual, restrita à sua pessoa, mas também a todo um partido, a um princípio político. Por suas palavras, o que está em jogo é a própria preservação do Partido dos Trabalhadores (linhas 95 a 98, grifo nosso):

- 54 **Preservar o PT**, Sr. Presidente, **significa o PT e nós todos que somos militantes filiados do PT reconhecermos os erros que cometemos e mudarmos** aquilo que foi errado. Reconhecemos os erros que cometemos e mudarmos, e esse processo já se iniciou.

Também faz questão, em pelo menos dois momentos, de relembrar seu passado de clandestinidade – ao tempo em que resgata sua história, seu passado, também quer marcar, na mente dos espectadores/ouvintes, a idéia de que pode estar sofrendo um novo processo de afastamento (grifos nossos):

- 55 **Mesmo quando estava na clandestinidade**, com outro nome, me comortei – e a cidade de Cruzeiro do Oeste é testemunha – de uma forma correta do ponto de vista ético, moral, e não tenho nenhuma acusação contra mim. (linhas 41 a 44);
- 56 Eu **voltei da clandestinidade**, em 1980, e faço questão de falar isso, porque é uma característica da minha vida [...] (linhas 54 e 55)

Por detrás de suas palavras está a denúncia a um dos *modus operandi* da ideologia: a **fragmentação**, por meio da qual, segundo Thompson (1975, p. 87):

---

<sup>41</sup> Termo usado por Charaudeau em sua obra *Discurso Político*, 2006, p. 239.

[...]relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real dos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso e ameaçador.

A fragmentação pode envolver o **expurgo do outro**, estratégia segundo a qual se “constrói um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.” (THOMPSON, 1975, p. 87)

O Partido dos Trabalhadores, pelas palavras de JD, é o verdadeiro alvo das críticas, das tentativas de desestabilização pelas denúncias feitas. É o que se percebe de suas declarações (linhas 138 a 141):

57 Não há no País, para além da crise política que estamos enfrentando, fruto da gravíssima situação que vivemos nesse momento pelas denúncias todas que foram feitas e estão sendo apuradas, uma crise.

E prossegue em sua defesa do Partido dos Trabalhadores (linhas 141 a 149, grifo nosso):

58 O País tem Governo que está governando, e avança no crescimento e no desenvolvimento econômico. E tem programas sociais e programas inovadores nas áreas de saúde de educação. E tem programas importantes de transferência de renda e de combate à fome. Está fazendo a reforma agrária e cuidando da agricultura familiar. O País acabou de bater novamente recordes de exportação e de superávit de conta corrente. Temos restrições orçamentárias, porque temos uma dívida interna e precisamos fazer um superávit. **Mas nós precisamos preservar os avanços, como no passado.** Como este Governo procurou preservar a estabilidade fiscal e monetária, nós precisamos preservar os avanços deste Governo. Preservar a democracia, as instituições e a governabilidade.

Vê-se que ao tempo em que reconhece o direito da oposição de fiscalizar, de denunciar, também atribui à oposição a tentativa de desestruturação, de desestabilização – não de si mesmo, mas do ideal petista (linhas 149 a 157, grifo nosso):

59 É um direito da Oposição fiscalizar, fazer oposição e disputar o Governo ou o poder. **Mas o País não pode colocar em risco os avanços democráticos.** Esses 20 anos que nós temos de avanço. E é importante. Por isso nós, que somos do PT, as forças políticas que formaram a coalizão no primeiro turno com o Presidente Lula, aquelas forças que queiram dar continuidade a esse projeto, façam também uma avaliação do que forma esses meses de Governo e o que pode ser a

continuidade deste Governo num processo de reeleição ou não. Garantir o projeto de desenvolvimento nacional para o País, porque **o Presidente Lula, ao contrário do que dizem, é a maior liderança histórica do Brasil das últimas décadas**. É, na verdade, uma dádiva que o Brasil tem.

Seu apelo é praticamente uma denúncia, uma manifestação contra o expurgo do outro (linhas 260 a 263, grifo nosso):

- 60 Prefiro ficar sem direitos políticos, se for o caso – ainda que **considere isso uma cassação política**, a não ser que haja algo concreto que prove que quebrei o decoro parlamentar – do que renunciar para ter uma falsa sobrevida política.”

Thompson bem define tal tentativa de JD (1975, p. 91, grifo em itálico do autor):

Essas intervenções desafiadoras, transformadoras (do *status quo*), podem ser descritas como *formas simbólicas contestatórias* ou, mais especificamente, como *formas incipientes da crítica da ideologia*. A própria existência da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares.

A idéia de que está sendo prejudgado, colocado à margem, acusado injustamente é reforçada pelo uso do *frame* ou **campo semântico comum de julgamento, de tribunal, de júri**. Exemplo disso são os vocábulos “testemunha” (linha 4); “acusação” (linha 5); “defesa” (linha 10); “justiça” (linha 11); “investigado” (linha 16); “prejudgado” (linha 19); “provas” (linhas 26 e 27); “defender” (linha 29); “acusado” (linha 29); “crimes” (linha 30); “atos ilícitos” (linha 31); “julgado” (linha 35).

Devemos lembrar que a escolha do signo não é aleatória, neutra, mas motivada socialmente segundo Fairclough, “isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103). E as escolhas que JD faz em sua defesa são bastante evidentes, pois “os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos.” (*Idem, ibidem.*)

JD, apropriando-se da modalidade de rejeição – pela “recusa ou retificação das palavras do outro, do adversário”<sup>42</sup>, no caso explícito, de RJ –, também evoca o *ethos de seriedade*, que se opõe à suposta mentira de RJ. Há, no entanto, um limite para que a imagem de sério que deseja transmitir não seja percebida de forma negativa: “o limite é o da austeridade”, segundo Charaudeau (2006, p. 121). Pode acontecer que alguém excessivamente sério passe, na mesma proporção e intensidade, por demasiadamente austero, “pois desse modo ele correria o risco de perder seu capital de simpatia junto aos cidadãos” (*Idem, ibidem*).

No caso de JD, tal austeridade é manifesta pelo uso da **forma verbal do presente do indicativo**, especialmente quando se refere ao Partido dos Trabalhadores e a si mesmo, opção do discurso “categoricamente autoritário”<sup>43</sup>. A modalidade assertiva provoca atitude tensa, de compromisso e seriedade, de engajamento, e induz os espectadores/ouvintes não a uma atitude passiva, neutra, de meros espectadores, mas a uma atitude crítica, de posicionamento, de definição. Exemplos nesse sentido é o que não faltam (grifos nossos):

- 61 **O Governo do Presidente Lula**, do qual **tenho orgulho** e honra por ter participado por 30 meses, **é uma grande conquista política, social, econômica e institucional da sociedade brasileira. Não é verdade que é um Governo corrupto**, ou que permita a corrupção. (linhas 107 a 110);
- 62 Eu disse e **repito: este é um Governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção**. (linhas 116 e 117);
- 63 **O País tem Governo** que está governando, e **avança no crescimento** e no desenvolvimento econômico. (linhas 141 e 142);
- 64 [...] **o Presidente Lula**, ao contrário do que dizem, **é a maior liderança histórica** do Brasil das últimas décadas. **É**, na verdade, **uma dádiva** que o Brasil tem. (linhas 156 e 157);
- 65 **Tenho responsabilidade do que significo e tenho responsabilidade** sobre os meus atos como Ministro e agora como Deputado. (linhas 162 e 163);
- 66 Eu **sou responsável e assumo meus atos** como Ministro Chefe da Casa Civil e como Deputado, **neste curto mandato que tenho**. (linhas 190 a 192);
- 67 Agora, **não atribua a mim** aquilo que ele **confessa que praticou**, que muitas vezes é negado pelos seus interlocutores [...] (linhas 217 e 218);
- 68 Por isso, Sr. Presidente, **tenho consciência da gravidade da situação** e da tragédia que se abateu sobre nós, do PT, e **sei da angústia e do sofrimento**[...]. **Sei da gravidade dos erros** que setores da direção do PT cometeram na campanha de 2004. (linhas 247 a 250).

<sup>42</sup> CHARAUDEAU, 2006, p. 175

<sup>43</sup> FAIRCLOUGH, 2001, p. 104

Destaque-se também a recorrência ao uso do **verbo auxiliar modal querer**, preponderantemente no presente do indicativo, em diversos momentos do discurso de JD (grifos nossos):

- 69 **Quero deixar claro** que, apesar de ter sido muitas vezes tratado como réu, não há nenhuma acusação formal contra a minha pessoa. (linhas 4 a 6);
- 70 A única coisa que eu **quero é justiça**. (linha 11);
- 71 **Quero que sejam obedecidos** o Regimento Interno das Casas, das Comissões e a lei do País. (linhas 11 e 12);
- 72 Não posso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados – e **quero dizer** isso ao País – aceitar que eu seja prejudgado, que eu seja transformado [...] (linhas 18 a 20);
- 73 **Quero** hoje, Sr. Presidente, **repelir**, porque agora se constrói uma imagem [...] (linhas 69 e 70);
- 74 O PT, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, **quero dizer** isso ao Brasil, é produto da própria história do Brasil recente[...] (linhas 78 a 80);
- 75 E eu, inclusive, não renuncio e vou lutar até o fim, Sr. Presidente, porque **quero ter** o direito de olhar no olho de cada militante do PT. (linhas 85 e 86);
- 76 Eu **quero** que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios – estou à disposição para ir até a Comissão – que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos **investiguem e provem** que eu tenho alguma ligação [...] (linhas 88 a 91);
- 77 Provem, e aí eu **quero um julgamento**, mas eu não aceito ser prejudgado, e não aceito ser banido da vida política do País de novo. (linhas 92 e 93);
- 78 **Quero ir** depor na CPI, como o Deputado Roberto Jefferson vai depor[...] (linhas 167 e 168);
- 79 **Quero reiterar** para o País que não sou responsável, jamais fui e jamais permitiria a compara de votos nesta Casa. (linhas 170 e 171)
- 80 Eu **quero ser julgado** pelos erros que cometi, mas não por calúnias, difamações e injúrias. (linhas 227 e 228);
- 81 Não vou sair da vida pública, **quero reiterar**, em hipótese alguma. (linha 233).

Além do auxiliar modal querer, JD igualmente lança mão da forma verbal perifrástica **querer mais infinitivo**, ambos modos de lexicalização que a língua oferece, segundo Koch (2004a), em conjunto com verbos de apelo forte: **quero dizer, quero reiterar, quero repetir, quero repelir**. Entretanto, ao utilizar-se dessa forma, o efeito é outro (KOCH, 2004a, p. 85, grifo nosso):

**O discurso apresenta-se como autoritário:** é o campo da necessidade, da certeza, do imperativo, nas normas. O locutor procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obriga o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro.

É como se JD fornecesse pistas de sua verdadeira intenção: impor aos espectadores/ouvintes seus argumentos, apresentando-os como indiscutíveis, incontestáveis – “eu sei, portanto, é verdade”. (*Idem, ibidem*, p. 86)

O grau máximo de engajamento de JD para o convencimento dos espectadores/ouvintes da veracidade de suas declarações é também obtido pelo recurso ou **argumento à autoridade**, que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”<sup>44</sup>

Assim é que JD diz (grifos nossos):

- 82 O **Brasil conhece** a minha vida. (linhas 44 e 45);
- 83 Mas **todos sabem** que o País precisa de uma reforma política. (linha 106);
- 84 O Governo, desde o início, sempre tomou medidas contra a corrupção – e o **País conhece** essas medidas[...] (linhas 112 e 113)

José Dirceu chega a até mesmo avocar o testemunho de empresários para apoiar a tese de que é honesto e, portanto, não poderia ter qualquer participação no esquema de corrupção denunciado (linhas 244 a 247):

- 85 Avoco testemunho de centenas de empresários e dezenas de entidades empresariais que trabalharam comigo nos 30 meses do Governo Lula se alguma vez fiz alguma proposta e pratiquei algum ato que pudesse me envergonhar, ou fiz alguma proposta ilícita ou indecorosa.

Tal argumentação é “totalmente condicionada pelo prestígio”<sup>45</sup> dessas pessoas, mas pode produzir efeito inverso: “Seria, portanto, um pseudo-argumento destinado a camuflar a irracionalidade de nossas crenças, fazendo que sejam sustentadas pela autoridade de pessoas eminentes, pelo consentimento de todos ou do maior número.”<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, p. 347.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 348.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 350) ainda nos fazem um alerta quanto ao emprego do argumento por autoridade: “de todo modo, quem invoca uma autoridade se compromete: não há argumento de autoridade que não se repercuta em quem o emprega.”

Em termos de repercussão, a tentativa de JD de empreender, em alguns momentos, um *ethos* de humildade em seu discurso também não foi bem sucedida, haja vista que “conquanto seja desejável que o discurso contribua para a boa opinião que o auditório pode formar do orador, é bastante raro que seja permitido a este, para consegui-lo, **fazer auto-elogio.**” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 364, grifo nosso.) Parece que foi o que JD procurou fazer em pelo menos duas ocasiões, no primeiro momento arrancando risos por parte dos espectadores/ouvintes, situação transmitida pela TV Câmara para todo o País (grifo nosso):

- 86 Ao contrário do que dizem, eu, **com o meu humilde apoio**, apoiei a transição da Presidência de José Genoino para Tarso Genro [...] (linhas 98 e 99);
- 87 Trinta meses fui Ministro-Chefe da Casa Civil, exercia função republicana estatal, **nada mais nada menos.** (linhas 121 e 122).

Também pudera: é de conhecimento público a arrogância, e até mesmo uma certa antipatia e frieza de JD, divulgadas sem eufemismos pela imprensa, o que certamente influi na receptividade de seu discurso por parte dos espectadores/ouvintes. Citações a tal característica de José Dirceu se tornaram comuns à época (grifo nosso)<sup>47</sup>:

**E que ridículo maior poderia protagonizar o personagem que, ante a incredulidade geral, refutou a conhecida acusação de ser arrogante quando ministro, alegando ter nascido inocente e inocente e humilde ter se mantido ao longo de toda a vida, a ponto de saber estar sendo acusado, pelo papel que tem desempenhado na história do país? Por um momento, a platéia se divertiu e mais divertido tornou-se o espetáculo [...]**

**Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 364, grifo nosso):**

Por causa da **interação constante entre o juízo que se faz do orador e aquele que se faz de seu discurso, quem argumenta expõe constantemente, até certo ponto, o seu prestígio, que cresce ou decresce consoante os efeitos da argumentação.** Uma argumentação vergonhosa, fraca ou

<sup>47</sup> Artigo “Hoje tem espetáculo?”, de Octaciano Nogueira, *Correio Braziliense*, de 21 de setembro de 2005;

incoerente, só pode prejudicar o orador; o vigor do raciocínio, a clareza e a nobreza do estilo predisporão, em contrapartida, a seu favor.

Torna-se evidente, pelas estratégias argumentativas expostas, que tudo o que JD procurou fazer, na tentativa de rebater as acusações, foi apelar para a razão, para a objetividade do auditório. Entretanto, suas escolhas discursivas espelharam o provável juízo de arrogância que de antemão se estabeleceu contra sua pessoa e se reverteram contra ele mesmo: JD produziu um discurso racional, taxativo, firme, porém autoritário, prepotente, rejeitado.

***ATO V***

***EPÍLOGO:***

***E CERRAM-SE AS CORTINAS...***

Ninguém melhor do que o próprio Charaudeau (2006, p. 291) para emprestar-nos as palavras de conclusão:

Os políticos sabem igualmente que a espetacularização destes pode dar-lhes a glória ou o opróbrio. Mas eles são ao mesmo tempo atraídos por essa forma moderna da dramaturgia política que ocupa o lugar das representações teatrais ou das cerimônias religiosas de antanho: a dramaturgia é tão útil para a educação dos povos de hoje quanto a tragédia grega era para os atenienses.

Glória ou opróbrio: os atores políticos Roberto Jefferson e José Dirceu, na dramatização da política-espetáculo que empreenderam na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e no Conselho de Ética, procuraram obter a glória – entenda-se, a aprovação do público – por meio de suas estratégias discursivas, cada qual a seu modo e segundo escolhas distintas.

Roberto Jefferson optou pelo discurso da sedução, procurando uma linguagem da emoção, dos sentimentos, buscando a aproximação com seus espectadores/ouvintes por utilizar-se de recursos de presença, que visam à comunhão com o auditório – a linguagem coloquial, os paralelismos sintáticos e rítmicos, o uso dos dêiticos, as metáforas, as repetições.

Pela analogia que fizemos com a ópera, constituiu-se num narrador eficiente ao envolver seus espectadores/ouvintes numa aura de confissões e revelações, estabelecendo o *ethos* de credibilidade, de honestidade, pela assunção, pela confissão de seus próprios erros: uma *grand opera* discursiva, por meio da qual emocionou, tocou, surpreendeu seu auditório, o qual aderiu a seus argumentos mais por fascinação do que pela razão.

José Dirceu, por sua vez, optou pelo discurso da justificação, procurando estabelecer-se com o *ethos* de seriedade, mas com uma linguagem categórica, taxativa, buscando negar com veemência as acusações a ele imputadas, colocando-se acima das

massas, defendendo valores históricos e estruturando sua fala menos pelo afeto e mais pela reflexão, pela razão, porém de maneira incisiva, austera.

Suas escolhas ou estratégias discursivas produziram um discurso impositivo, autoritário, pelo uso tanto do presente do indicativo quanto da negação polêmica – fator importante, mas não único, conforme se concluiu na presente pesquisa, para a rejeição de seus argumentos por parte de seus espectadores/ouvintes –, e pela crítica à ideologia reinante, da fragmentação, do expurgo do outro.

Não nos coube discutir a veracidade das declarações de cada um desses atores políticos, mas apenas avaliar a “força de verdade”<sup>48</sup> de seus enunciados. Vale ressaltar que tal avaliação foi de cunho puramente individual, fruto de interpretação pessoal, já que, pelas próprias limitações da pesquisa – restrita a um espaço de tempo de nove meses –, não me foi possível desenvolver nenhuma pesquisa de campo, para investigar as percepções, as opiniões dos espectadores/ouvintes quanto a tais efeitos de sentido.

As questões levantadas por Charaudeau (2006, p. 209) são as mesmas que nos moveram e continuarão a mover qualquer pessoa que deseje destrinchar o poder da palavra nas relações de poder (grifo em itálico do autor):

Como medir essa força de verdade? Tal força encontra-se na própria essência da verdade ou no efeito que ela produz junto ao público que a recebe? No primeiro caso, isso significaria que há verdades que *por natureza* seriam superiores a outras, que se apresentariam como evidências independentemente dos sujeitos que as proclamam; no segundo caso, a verdade não seria mais um “ser verdadeiro”, mas um “crer verdadeiro” que dependeria não mais de evidência, mas da convicção dos sujeitos que se encontram confrontados nesse momento.

Assim, podemos facilmente concluir que os recursos discursivos podem produzir efeitos de verdade, construídos conforme os imaginários ou “expectativas coletivas dos

---

<sup>48</sup> Expressão utilizada por Charaudeau em sua obra *Discurso Político*. (2006)

cidadãos”,<sup>49</sup> sobre o comportamento que o político deve adotar conforme se encontre nessa ou naquela situação.

Reconhecer o poder da palavra e dominar os efeitos da palavra em relações de poder é crucial, determinante: pode tornar-nos manipuladores ou manipulados. O conhecimento de tais recursos, de tais estratégias e seus diferentes efeitos de sentido pode fazer a diferença entre nos posicionarmos como espectadores ativos – que avaliam e criticam as informações, buscando mudanças – ou como espectadores passivos – que meramente recebem as informações e as acatam, sem questionamentos.

E quanto aos atores políticos Roberto Jefferson e José Dirceu? Bem, o resultado final foi-lhes imputado como opróbrio: ambos foram cassados – até o presente, os únicos atingidos, além do Deputado Federal Pedro Corrêa, no conjunto dos acusados – por envolvimento no mensalão.

Que tenhamos em mente que o discurso político é “um jogo de máscaras”<sup>50</sup>, que não caem jamais.

Cerram-se as cortinas, mas a política-espetáculo continua. Cabe-nos a nós, espectadores, desmistificar os “fantasmas” e mudar os personagens, os atores políticos no próximo pleito...

---

<sup>49</sup> Charaudeau, 2006, p. 207.

<sup>50</sup> Charaudeau, 2006, p. 319.

## BIBLIOGRAFIA :

ABREU, A. S. *A Arte de Argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz, da obra *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

\_\_\_\_\_.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CRUZ, T. C. S; LINS, T. B. *Normas para elaboração de monografias*. Brasília: UniCEUB, 2005.

CRUZEIRO, M. E. *Processos de Intensificação no Português dos Séculos XIII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1973.

FAIRCLOUGH, N. *New Labour, New Language?* London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.

ILARI, R; Geraldi, J.W. *Semântica*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, I. G. V. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e Linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

\_\_\_\_\_; Travaglia, L.C. *A Coerência Textual*. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2004c.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *D.E.L.T.A.*, nº 21: Especial, p. 73-92, 2005.

\_\_\_\_\_. Identidade, reflexividade e resistência. *Crop*, nº 9, p. 249-278, 2003.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise do discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, nº 21: Especial, p. 1-9, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes.

MARTINS, N. S. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. (Org.) *Análise do discurso crítica*. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, da obra *Traité de l'argumentation*. 1992, Éditions de l'Université de Bruxelles; revisão da tradução Eduardo Brandão.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1982.

SHAW, H. *Dicionário de Termos Literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

SILVA, D. E. G; VIEIRA, J. A (Org.). *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.